

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

TAMBÉM SOMOS PAISAGEM

Um estudo antropológico sobre o engajamento humano na natureza e a
educação ambiental no Parque Estadual de Itapuã.

ÁDRIA GRIZA

Monografia apresentada como requisito à
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Sociais.

Prof. Orientador: Carlos Alberto Steil

Prof. Co-orientadora: Isabel Carvalho

Porto Alegre

2009



Agradecimentos

Aos professores Carlos Alberto Steil e Isabel Carvalho, pelo incentivo, pelo suporte e valiosas contribuições;

à professora Clítia Martins, responsável pelo meu “despertar ecológico”;

aos que colaboraram na transmissão de informações sobre o parque, dando entrevistas e depoimentos;

ao Gevago, pelo amor, compreensão e companheirismo em todos os momentos;

aos meus familiares Daniela, Danilo e Adenir, núcleo de apoio, amor e força;

à família CCAA: Tânia, Vera, Daniela, Diovana e Sissa, pela força, amizade e compreensão;

aos colegas das Ciências Sociais: Letícia, Leina, Rosana, Francine, Luciene, Luciane, Fabrício, Sérgio, Leandro, Érica, Raquel, Rodrigo, Bruno, Henrique e todos os que estiveram mais presentes nestes anos de graduação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
O UNIVERSO DE PESQUISA	9
1.1. Panorama Geral do Parque.....	9
1.2. Um Breve Histórico	12
1.3. Etnografia da Observação das Paisagens	21
1.4. O Parque Enquanto Um Espaço Formador de Um <i>Habitus Ambiental</i>	25
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	29
2.1. Perspectiva Histórica da EA no Brasil.....	29
2.2. A Importância do Parque Estadual de Itapuã na Educação Ambiental.....	33
2.3. As Atividades de EA Propostas Pelo Parque	37
2.3.1. As Trilhas Interpretativas.....	37
2.3.2. Experiência na Trilha do Araçá.....	40
2.3.3. O Centro de Visitantes	43
O ENGAJAMENTO HUMANO NA PAISAGEM COMO UM IDEAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	47
3.1. A Concepção de Paisagem.....	47
3.2. O Engajamento Humano nas Paisagens do Parque.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

Resumo: Este trabalho realiza um estudo no Parque Estadual de Itapuã, unidade de conservação localizada em Viamão/RS. Nesse universo, busca observar as experiências de interação humana com a natureza e como elas possibilitam as mudanças comportamentais idealizadas pelo discurso ecológico. Considera também o surgimento de novas sensibilidades em relação ao meio ambiente instigadas tanto pelas atividades de educação ambiental promovidas pelo parque quanto pelas atividades de lazer. Traz na sua base teórica a idéia de pertencimento humano à paisagem como geradora de percepções que regem a transformação da noção de uso da natureza para uma concepção mais holística da realidade.

Palavras-chave: educação ambiental, ecologia, paisagem, unidade de conservação.

Abstract: This report is a study on Parque Estadual de Itapuã, a conservation unit in Viamão /RS. In this place, this report observes the experiences of interaction among human beings and nature and how they make possible the behavioral changes idealized by the ecological thoughts. It also brings new sensibilities related to the environment which are instigated either for environmental education activities offered in the park or for entertainment activities. The theoretical basis is the idea that the human being belongs to landscape, this idea generates the perceptions that rule the transformation of the idea of the use of the nature in an holistic conception.

Key words: environmental education, ecology, landscape, conservation unit.

INTRODUÇÃO

Esta monografia de conclusão de curso germinou na minha inserção, em março de 2008, na pesquisa *O Cultivo de Si nas Paisagens da Ecologia e do Sagrado*, orientada pelo antropólogo Carlos Alberto Steil (UFRGS) e pela psicóloga Isabel Carvalho (PUCRS). Esta pesquisa, na qual sou bolsista de iniciação científica, busca identificar os pontos de convergência, no horizonte das práticas ecológicas, da saúde e da espiritualidade voltadas para o aperfeiçoamento de si, a busca de bem estar e cura no plano individual e ambiental, por meio de experiências que implicam numa relação existencial com os lugares, vinculando os sujeitos humanos às paisagens. Para tanto, investiga vários grupos sociais contemporâneos que apostam na direção de um cultivo de si e do ambiente como o caminho para a saúde e o bem estar físico, mental e espiritual, tomando como universo empírico as práticas religiosas de grupos ecológicos e as práticas ecológicas de grupos religiosos.

Dentre os estudos de caso do universo empírico no qual a pesquisa *O Cultivo de Si nas Paisagens da Ecologia e do Sagrado* investiga que têm como horizonte a preocupação ecológica está o Parque Estadual de Itapuã (PEI), onde venho realizando trabalho de campo desde agosto de 2008.

O PEI localiza-se em Viamão, a 57 quilômetros de Porto Alegre. É uma unidade de conservação de proteção integral e apresenta a última amostra do ecossistema e paisagem original da Região Metropolitana da capital gaúcha. Foi criado em 14 de julho de 1973, mas devido aos impactos ambientais produzidos pela ação humana, como a caça, o desmatamento, a extração do granito rosa e a ocupação urbana desordenada, ficou fechado por mais de dez anos para que a natureza pudesse se recuperar, sendo reaberto em abril de 2002. A unidade tem como principais objetivos a conservação da biodiversidade, a pesquisa científica e a educação ambiental.

A primeira vez em que estive no parque a composição cênica do local deu-me a certeza de que seria um universo de estudo bastante rico para investigar em meu trabalho de conclusão de curso, dentro da temática da Educação Ambiental (EA), vias possíveis de multiplicação dos hábitos e valores contidos no ideário ecológico a partir da interação humana com a natureza.

Nesta monografia tenho como objetivo principal compreender como as experiências de lazer e convívio com a natureza nas paisagens do PEI possibilitam o surgimento de sensibilidades e percepções que formam os alicerces que (re)definem a educação ambiental nessa unidade de conservação. Para tanto, considero a noção de paisagem como uma totalidade que agrega humanos e não-humanos e como condição do engajamento humano no mundo e na cultura.

Sendo assim, num enfoque qualitativo à investigação elegi o método etnográfico para alcançar o objetivo aqui proposto. No período de agosto de 2008 a março de 2009 fiz observações participantes, por meio das quais examinei os programas de educação ambiental promovidos pelo parque, como as trilhas interpretativas e as atividades do Centro de Visitantes. Também entrevistei pessoas que trabalharam no parque, sendo que duas delas já foram coordenadoras das atividades de Educação Ambiental feitas lá e uma foi integrante da extinta Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã (CLEPEI). Conversei também com quatro moradores locais e com 13 visitantes, no intuito de apreender as experiências geradas a partir da interação humana com a natureza, o modo como é feita a educação ambiental naquela unidade, bem como o modo como as paisagens são percebidas por estas pessoas. Além disso, realizei pesquisa teórica para melhor compreender o contexto em que unidades de conservação como o PEI vem ganhando importância na consolidação do ideário ecológico no Brasil e no mundo.

Os resultados deste estudo estão divididos em 3 capítulos.

No primeiro capítulo procuro traçar um panorama geral do PEI, considerando suas características principais e construindo um breve histórico, organizado a partir das narrativas de informantes que atuaram e/ou ainda atuam no parque. Este histórico caracteriza-se principalmente por relatos de experiências de disputa e conflito, o que acentua a dinamicidade na qual vem se estruturando esta unidade de conservação. Neste capítulo também busco pensar no PEI enquanto um espaço formador de um *habitus*, no sentido de Bourdieu, que caracteriza o *campo ambiental*, tido como um *campo social* que reúne prática e valores envolvidos na questão ambiental.

O segundo capítulo parte de uma perspectiva histórica da educação ambiental que observa como esta problemática vem se consolidando e permeando as diversas esferas sociais desde a década de 60, contextualizando assim, a formação de unidades de conservação como

o PEI e reconhecendo a importância desta unidade em específico na produção de experiências educativas de convívio com a natureza. Em seguida, observo as trilhas interpretativas feitas no parque, instigadoras de experiências compreensivas sobre aquele ambiente e o Centro de Visitantes enquanto um espaço que qualifica a visita.

Finalmente, o terceiro capítulo trata da concepção de paisagem enquanto um campo de percepção daqueles que a habitam, humanos e não-humanos, sendo estes por ela constituídos ao mesmo tempo em que a constituem. Este conceito é baseado nas ideias de Ingold (2000) e conectado ao paradigma da corporeidade proposto por Csordas (2008) no qual o corpo não é apenas o objeto de estudo, mas o sujeito da percepção. A partir desta conexão investigo como as experiências dos visitantes podem ser resignificadas pelo surgimento de novas percepções e sensibilidades em relação à natureza do PEI, espaço privilegiado na geração de práticas propulsoras da educação humana para a percepção ambiental.

Capítulo 1

O UNIVERSO DE PESQUISA

1.1. Panorama Geral do Parque

A escolha do Parque Estadual de Itapuã (PEI) como universo de estudo deve-se ao fato de ele, além de ser uma das unidades de conservação estaduais que tem entre seus objetivos a conservação de ecossistemas naturais e a educação ambiental, possuir uma beleza cênica que facilita o surgimento de novas sensibilidades na relação do ser humano com a natureza.

Sendo assim, primeiramente torna-se imprescindível destacar algumas características do parque que trarão uma visão geral deste universo de pesquisa, o que facilitará o entendimento da problemática aqui proposta.

O Parque Estadual de Itapuã é uma das unidades de conservação e de proteção integral existentes no estado do Rio Grande do Sul. Localizado em Viamão, a 57 quilômetros de Porto Alegre, o parque apresenta, segundo informações obtidas no site da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)¹, a última amostra do ecossistema e paisagem original da Região Metropolitana da capital gaúcha. Foi criado em 1973, mas devido aos impactos ambientais produzidos pela ação humana das últimas décadas como o desmatamento, a caça, a extração do granito rosa e a ocupação urbana o parque esteve fechado por mais de dez anos para que a natureza pudesse se recuperar, sendo reaberto em abril de 2002.

Com 5.566 hectares, o PEI abriga uma diversidade de paisagens e ecossistemas compostos de morros, praias, dunas, lagoas, banhados e um número significativo de espécies da flora e da fauna. Nas formações vegetais, características dos morros graníticos e das restingas ocorrem mais de 300 espécies de plantas, destacando-se a figueira, a corticeira-do-banhado, o gerivá, as orquídeas e as bromélias. Dentre as espécies da fauna estão mamíferos

¹ Estas informações estão em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/bioconh5.htm>. Acesso em 23 de agosto de 2008.

como a jaguatirica, a lontra e o bugio-ruivo. Esse último é tido como o símbolo do parque. Além disso, a Lagoa Negra, também localizada nas áreas do parque, com 1750 hectares, é o ponto de parada de aves migratórias como o trinta-réis e a batuíra.

A unidade de conservação apresenta locais históricos como o Morro da Fortaleza, a Ilha do Junco e a Ferraria dos Farrapos, ligados à Revolução Farroupilha e o Farol de Itapuã (de 1860), situado no encontro do Lago Guaíba com a Laguna dos Patos. Possui sete praias: a Praia das Pombas, a Praia da Onça, a Praia da Pedreira, a Praia do Araçá, a Praia do Sítio, a Praia do Tigre e a Praia de Fora. Estão abertas à visitação apenas três delas: a Praia das Pombas, a Praia da Pedreira e a Praia de Fora. As três são preparadas para receber os visitantes com banheiros, vestiários e churrasqueiras. Por se tratar de uma área protegida, a visitação é limitada em 350 pessoas ao dia nas praias das Pombas e da Pedreira e 200 pessoas ao dia na Praia de Fora. Há ainda o Centro de Visitantes, onde pode ser visto um vídeo e uma exposição fotográfica permanente com diversas imagens da unidade de conservação.

Mapa 1: Vista de cima do Parque Estadual de Itapuã



Fonte: Folder explicativo do Parque Estadual de Itapuã

Como um dos objetivos da unidade é a educação ambiental, dentre as atividades propostas para este fim estão as trilhas interpretativas. Há quatro trilhas interpretativas disponíveis no parque e podem ser percorridas pelos visitantes somente com acompanhamento dos condutores locais. São elas: Trilha da Onça, Trilha da Fortaleza, Trilha do Araçá e Trilha da Visão. Por meio dessas trilhas torna-se possível adentrar nas paisagens do PEI e ter experiências de contato com a natureza que ampliam a compreensão destas

paisagens. O que também valoriza a importância destas unidades de conservação, que objetivam a preservação de ambientes naturais.

Segundo o site da SEMA²: “Unidade de Conservação (UC) é uma porção do território com características naturais de relevante valor, legalmente instituída pelo poder público, com objetivos de preservação e conservação ambiental.” Em 1992, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), regulamentado em 1998. O SEUC vem sendo implementado pela SEMA, por meio do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP). A Divisão de Unidades de Conservação (DUC) do DEFAP administra essas áreas.

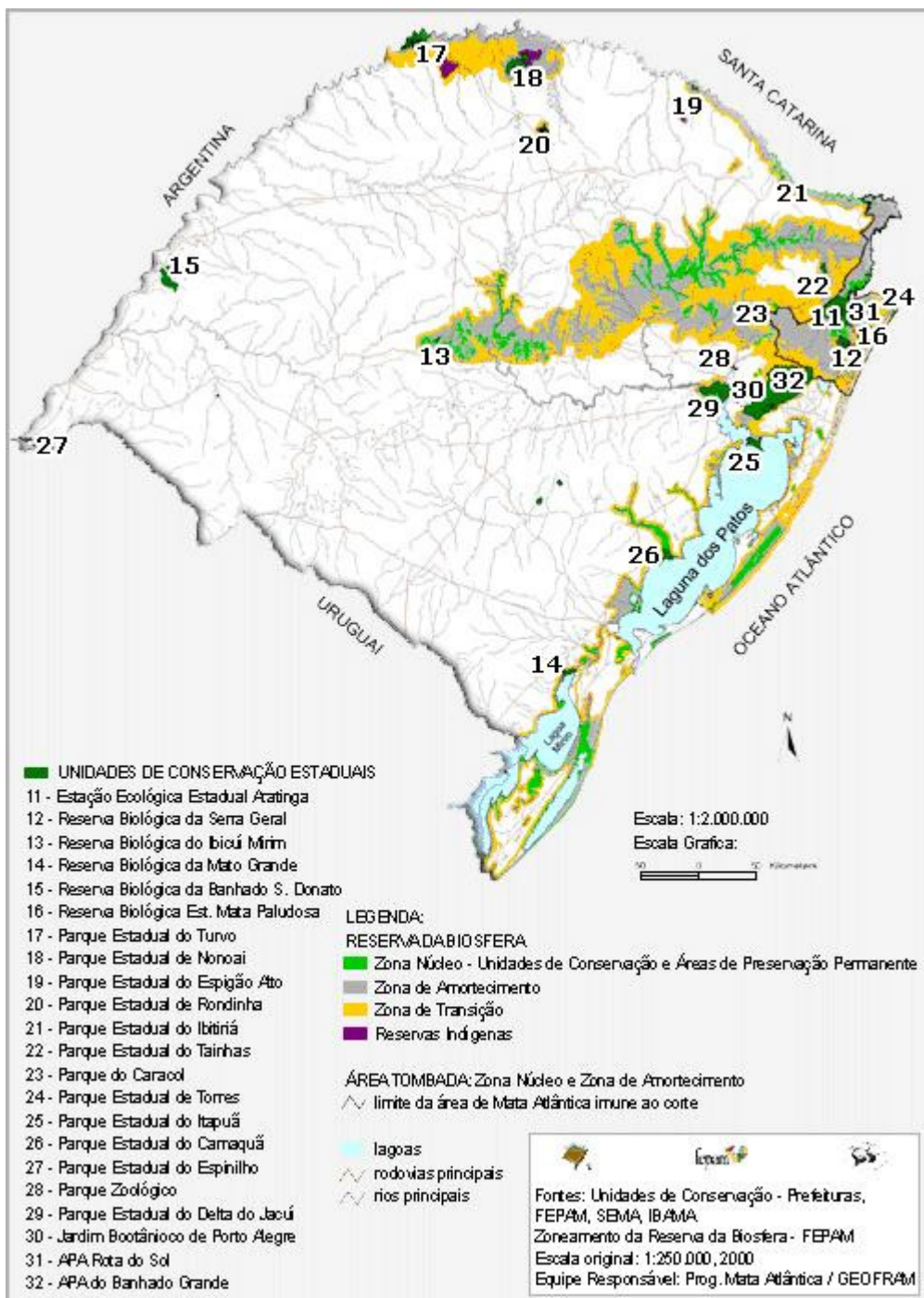
Há, no estado do Rio Grande do Sul, dezoito unidades de conservação que dividem-se em seis categorias: Parque Estadual, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Refúgio de Vida Silvestre, Horto Florestal e Área de Proteção Ambiental. Todas as unidades³, embora categorizadas, têm como objetivo básico a preservação ambiental, sendo permitido apenas o uso indireto do ambiente.

Estas unidades concentram-se principalmente na região Leste do estado.

² Em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/bio.htm>. Acesso em 23 de agosto de 2008.

³ As unidades de conservação do estado do Rio Grande do Sul são: Parque Estadual do Turvo, Parque Estadual de Itapeva, Parque Estadual Delta do Jacuí, Parque Estadual de Rondinha, Parque Estadual de Rondinha, Parque Estadual do Espigão Alto, Parque Estadual de Itapuã, Parque Estadual do Espinilho, Parque Estadual do Tainhas, Reserva Biológica da Serra Geral, Reserva Biológica de Ibirapuitã, Reserva Biológica de São Donato, Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, Área de Proteção Ambiental Estadual Rota do Sol, Estação Ecológica Estadual de Aratinga, Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, Horto Florestal Litoral Norte, Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí, Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande.

Mapa 2: Unidades de Conservação Estaduais



Fonte: Site da Secretaria Estadual do Meio Ambiente

1.2. Um Breve Histórico

Na falta de registros escritos mais detalhados, o histórico do parque é tecido, neste estudo, por meio da memória individual dos personagens que nele atuaram e/ou atuam.

Sendo assim, os relatos concebidos no decorrer desta pesquisa trouxeram elementos comuns e também contraditórios, o que contribuiu para o enriquecimento da mesma, já que trata de um universo extremamente dinâmico e definido por diferentes olhares sobre paisagens que se renovam a cada dia.

Rucheinsky (2005), ao tratar os aspectos da metodologia de entrevistas em profundidade, traz a memória individual como uma rica fonte de informações:

“A memória individual com nexos intrínsecos ao contexto social e cultural e com uma potencialidade ímpar expressa-se uma fonte inesgotável de informações. Isto significa que possui uma dinâmica de alongamentos, esquecimentos, incorporação e reinvenção. Evocando-a, pode-se captar o que se passou, a partir da visão de diferentes depoentes, gerando uma produção rica e complexa de documentos.” (p.142)

Assim, emergiu da riqueza de informações obtidas a noção de que a história do PEI caracteriza-se sobretudo por momentos de disputa e conflito. A maioria dos relatos trouxe situações de conflito marcantes na história do parque, envolvendo índios, moradores locais, ecologistas, pesquisadores, estado, além de outros atores. Porém, o breve histórico aqui trazido não tem a pretensão de dar conta de toda essa rede de relações e toda a complexidade de situações que nela se formam. Os fragmentos das narrativas foram organizados de modo a transmitir uma idéia geral sobre o contexto no qual o parque vem se estruturando desde a sua criação.

O PEI foi criado em 14 de julho de 1973, depois de haver uma forte pressão por parte de diversos ambientalistas sobre o governo do estado, entre eles José Lutzenberger e Augusto Carneiro:

“Eu acho que o Lutzenberger e o Carneiro quando estiveram nisso foi maravilhoso porque eles criaram uma associação para fazer o parque existir e pressionar o governo do estado, devido às denúncias de exploração de granito e outras coisas, matança de bugios, corte de figueiras. Aquilo na década de 70 criou um processo, criaram uma associação que tinha um único objetivo: criar o Parque Estadual de Itapuã. Quando a pressão foi tanta que o parque enfim aconteceu em 73.” (Lauro)⁴

Ainda, segundo Lauro, educador ambiental e morador local, a criação do PEI ocorreu num contexto de desordem e também recebeu outras influências:

⁴ Os nomes dos informantes são fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

“O parque foi instituído em 73, mas o que é ser instituído? É um decreto. O governo decretou: agora aquela área é parque, porém um decreto não vem junto com a infra-estrutura do lugar. Em 73 não tínhamos estrutura e tínhamos um decreto do governo estadual, mas precisa de uma estrutura, então o governo mantinha aquela guarita lá da frente, tinha a brigada militar que tomava conta, deixava os moradores locais entrar, alguns visitantes e tal. Ali foi a primeira ordem do lugar, mas era totalmente desordenado, tinha 10 mil posseiros dentro da Praia de Fora, oitenta casas na Praia do Araçá, tinha inclusive uma indústria da ‘Já Pesca’ na Praia do Araçá. Então não tinha controle nenhum e mais os garimpeiros que tinham aí, que não eram posseiros, isso é importante de se dizer, eles tinham concessão do estado e quando o estado dá a concessão de lavra de 20 anos é difícil tirar deles, como você vai tirar? Porém eles cometeram um grande pecado, que foi observado na época por Lutzenberger, o pecado foi cortar a ‘Pedra da Visão’ que é a pedra militar, na qual os navegantes seguiam para entrar aqui. E isto militarmente é estratégico, então os militares foram quem deram o último estopim para se criar o parque. (...) Depois de 73, sem infra-estrutura, sem dinheiro, aí o parque continuou existindo no papel. Aliás, só conseguiram tirar os garimpeiros daqui em 86, mais de 10 anos!! Ou seja, existia o parque, mas existia tudo ao mesmo tempo, porque o estado não tinha dinheiro para colocar aqui e a brigada tentando ter um certo controle sobre a região, um controle precário.”

Seu Joventino, morador da comunidade de Itapuã, também lembra da época em que o controle das áreas do parque era bastante precário:

“Tem um local aqui, uma enseada, que chamava a Praia do Tigre, que não tinha chegada de carro, era só a pé pelo mato ou embarcação. Aí o pessoal acampava, estes andarilhos, este pessoal que usam drogas, ficavam dias e dias acampados ali. Então ali era destruição total.”

Embora tenha sido instituído, o PEI tinha um controle bastante frágil e escasso sobre sua área. Os militares que guardavam o local mal podiam conter a intensa exploração dos garimpeiros, a caça, a pesca e todas as atividades humanas que prejudicavam a preservação da fauna e flora locais.

Por conta disso, em 1985 surgiu a Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã (CLEPEI), tendo como principal objetivo esclarecer a comunidade local sobre a importância do parque e da preservação de suas áreas. Formada por integrantes da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), entre outros militantes da causa ambiental, a CLEPEI promovia atividades educativas nas escolas da comunidade de Itapuã como palestras, oficinas e exposições e também visitas orientadas dentro do parque.

Segundo Maria, integrante desta comissão e moradora da cidade de Viamão, a educação ambiental feita pela CLEPEI era de suma importância na preservação e

consolidação do parque, pois somente com a ajuda e compreensão dos moradores locais as suas áreas poderiam ser mantidas. Porém, ela conta que os primeiros contatos com os moradores causaram certos conflitos, pois muitos deles haviam sido desapropriados com a instituição do parque e não haviam sido indenizados justamente.

“O governo decreta e não indeniza as pessoas. Às vezes deposita em juízo para garantir a posse da terra e muitas vezes as pessoas não recebem ou não aceitam aqueles valores. Aí tem aquelas lutas na justiça que se prolongam por não sei quantos mil anos. Acredito que de 73 até hoje têm pessoas esperando para receber, embora, claro, uma parte tenha sido paga.” (Maria)

Assim, além de atuar como mediadora destes conflitos e desenvolver atividades de educação ambiental na comunidade, a CLEPEI foi responsável pelo zoneamento da área do parque, pelo levantamento sócio-ambiental do distrito de Itapuã e, com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pela formação de condutores de ecoturismo. A comissão extinguiu-se em 2002, com a reabertura do parque.

Em 1991, por uma iniciativa do governo do estado de transformar a área numa unidade de conservação, o PEI conseguiu arrecadar recursos para a criação de infra-estrutura e permitir à natureza se recuperar aos poucos da intensa ação humana:

“Aí aconteceu que o governo do estado, na época, a partir de 91, para conseguir criar a infra-estrutura que temos aqui hoje transformou o parque numa unidade de conservação, porque o capital estrangeiro só coloca dinheiro onde o estado vai cuidar. Aí sim, foi criada a unidade de conservação, com o plano de manejo, justificando a proteção da área, aí o capital estrangeiro se interessou. Aí a Alemanha botou mais de 1 milhão de dólares, a França, a Inglaterra, todo mundo botou dinheiro aqui, enfim foram 19 milhões de dólares. Aí receberam esse dinheiro e o estado, como é transeunte, um governo de 4 anos, que sempre quer fazer alguma coisa para mostrar para os outros, pensou assim: “eu tenho 19 milhões e vou fazer uma coisa que apareça!”, então botaram metade no Delta do Jacuí e a outra metade aqui e criaram uma unidade de conservação padrão.” (Lauro)

Além disso, o parque também foi fechado à visitação em 1991, numa tentativa de reforço à recuperação das áreas degradadas. Neste contexto, durante a década de 90 foi elaborado um plano de manejo, que ordena o uso daquela área, e criada a infra-estrutura que permanece até hoje, como banheiros, vestiários, churrasqueiras e guaridas. Permaneceu fechado por mais de dez anos e só foi reaberto em 2002.

“O parque foi instituído como unidade de conservação em 91, criado um plano de manejo, mas tava fechado, aí quando foi criada a infra-

estrutura o estado foi pressionado a abrir também pela própria comunidade. Aí na administração da bióloga Jane Vasconcelos, o governador Olívio Dutra se comprometeu e abriu o parque para surpresa de todos.” (Lauro)

Sandra, coordenadora da EA do parque no período de novembro de 2001 a fevereiro de 2003, lembra alguns aspectos desse período, no contexto em que o parque foi reaberto:

“Como muitos elementos relacionados à questão ambiental, o Parque de Itapuã inseria-se, neste período (e se insere ainda, mas posso falar apenas do período em que trabalhei lá), em uma série de conflitos, de disputas, de desacordos. Primeiramente, por estar vinculado a vontades políticas. Para abrir o Parque à visitação, houve um grande investimento por parte do governo. Assim, a idéia era que Itapuã fosse uma como uma “vitrine”, recebendo um aporte de recursos que outras UCs estaduais não recebiam. Por outro lado, isso possibilitou que fossem desenvolvidas atividades bastante interessantes. Como foi muito divulgado nesse período, o PEI estava sempre lotado nos fins de semana. Quase todos os dias da semana havia escolas agendadas para participarem de atividades de EA. Havia uma proposta de que o PEI não fosse um atrativo único na região, que é bastante bonita de modo geral. (...) Outro aspecto é que o PEI gerava muitos empregos na região, seja na vigilância, seja no setor administrativo, no setor de EA, na manutenção. Assim, uma grande parte da população de Itapuã conhecia alguém ou tinha algum parente que trabalhava no Parque. (...) Mas, certamente, tinham muitos moradores que tinham histórias ruins sobre a desapropriação ou que ainda não tinham sido indenizados. (...) Outros aspectos referem-se a divergências entre a direção do Parque (e SEMA, de modo mais geral) e alguns integrantes da CLEPEI (Comissão de Luta pela Efetivação do Parque Estadual de Itapuã), que tinha um histórico de atuação na região. Na abertura do Parque, alguns integrantes manifestaram-se por estarem em desacordo com a abertura que consideravam prematura e também por não terem sido convidados para participar mais ativamente deste processo, já que tinham uma grande proximidade com as questões ambientais da região. Também tinham as autoridades políticas locais. Como a prefeitura de Viamão também era petista e apoiava as ações realizadas no Parque pelo governo estadual, havia uma oposição local, que criticava o PEI em diversos aspectos. Lembro que uma vez estava ouvindo a Rádio Itapuã e tinha um senhor falando que o Parque oferecia riscos à população local, pois tinha sido relatado que havia um puma vivendo lá. Enfim, como qualquer instituição social e ainda mais por envolver os debates relacionados à questão ambiental, o Parque estava no meio de diferenciados discursos e interesses.”

Com a reabertura do parque em 2002 também foram retirados da Praia de Fora e arredores os loteamentos clandestinos de veraneio construídos durante a década de 80. Segundo a informante Maria, a Praia de Fora foi loteada pela própria prefeitura de Viamão para fazer um condomínio de veraneio, mesmo sendo uma área já instituída pelo governo do estado. Assim, as pessoas que construíram casas lá não tinham posses daquelas terras.

Um grande cartaz exposto no Centro de Visitantes retrata esta situação comparando a mesma paisagem em anos diferentes. O cartaz mostra uma foto da Praia de Fora na década de 80, quando existiam os loteamentos clandestinos e outra em 2002 sem os loteamentos, já com a vegetação se recuperando. A primeira foto, dos anos 80 é intitulada “A Invasão”. A segunda, de 2002, denomina-se “A Recuperação”. A frase: “A natureza venceu em Itapuã” destaca-se no final do cartaz. Este é um dos muitos exemplos de situações de conflito trazidas no histórico do parque, envolvendo diferentes interesses na disputa pela mesma paisagem.

Outro exemplo é a situação indígena no local. O governo federal demarcou uma área de 24 hectares para assentar a comunidade indígena, porém, não há participação desta comunidade nas decisões que envolvem as áreas do parque.

“Aqui a gente sabe que existiam os índios Tupis Guaranis, uma tribo que é a “Corrugada” e uma outra tribo que infelizmente por não estar mais tão próximo do parque não consigo lembrar, 3 tribos indígenas atuavam nessa área e foram inclusive eles que deram o nome de Lagoa dos Patos. O governo federal instalou aqui numa área de 24 hectares 20 e poucas famílias numa área do governo do estado perto do parque, foi uma certa polêmica e tal, mas por uma pressão do próprio governo federal que instalou as famílias indígenas ali, deu a terra para eles e agora eles são donos da terra, porque eles na época andavam instigando, existe um processo no Ministério Público Federal querendo os índios tomar o parque com o seguinte pressuposto: os ancestrais deles estavam aqui, ou seja, a mesma polêmica que existe no Morro do Osso, em Porto Alegre. Isso foi uma coisa muito mal resolvida, mas acabou se resolvendo a partir do momento que o governo federal deu essa área do estado para eles aqui e permitiu que eles pudessem vender e fazer seus artesanatos aqui dentro. Porém, essa estrutura deles participarem da economia aqui dentro nunca aconteceu.” (Lauro)

A situação da posse de terras da comunidade local indígena também é trazida por André, ex-coordenador das atividades de educação ambiental do parque e ex-funcionário da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). André sugere, como um modo de participação da comunidade indígena nas decisões locais, a inserção de representantes da mesma no conselho consultivo do parque, que reúne representantes de diversas associações:

“Outro aspecto também do Parque de Itapuã é que nós temos índios lá, temos índios no Lami e algum momento eu inseri o nome dos índios no projeto do Telecentro e me olharam atravessado e eu falei que eles também eram população local. E agora ultimamente tem uma equipe de pesquisadores da antropologia da UFRGS e andaram umas três semanas dentro do parque. O pesquisador marcou uma reunião comigo semana retrasada, perguntando como poderia inserir os índios na historia e eu disse para ele “olha, primeiro caminho é eles constituírem uma representatividade no conselho do parque” porque hoje eles não

participam e então eu anotei lá na parte de revisão do plano de manejo, vai ficar para quem me suceder, levar em consideração a participação dos índios. Até encontrei em parte a solução porque os índios estão hoje entre o parque e o Hospital Colônia, e o Hospital Colônia tem uma área e vontade de doá-la para o parque. Então eu até disse para o pesquisador ‘entrem com o processo de transformar a área que vai vir para o parque em reserva indígena’. Porque aí o índio vai estar ali, não vai ter conflito com o governo.”

Certamente a situação indígena no local é merecedora de uma atenção especial, de um estudo específico, porém, nesta pesquisa, sem a intenção de reduzir a complexidade que envolve as relações entre governo, população local e comunidades indígenas, é tratada somente como um dos exemplos de conflitos nas áreas do parque.

Atualmente, o parque passa por um momento de transição que trouxe consideráveis mudanças para a educação ambiental feita lá. Mudanças que influenciam tanto na composição das paisagens quanto na percepção dos visitantes. Assim, no contexto em que está inserida esta pesquisa, pode-se observar mais um dos momentos críticos que caracterizam a história do parque.

Nos últimos meses de 2008 e início de 2009, coincidentes com o tempo em que esta etnografia foi produzida, uma mudança na política de gestão do parque acabou mudando a rotina das atividades ali desenvolvidas e o próprio uso do parque.

No início do mês de outubro de 2008 passou a circular na internet um e-mail de autoria anônima contendo a informação de que o Parque Estadual de Itapuã seria fechado à visitação pública no dia 13 daquele mês, pois o contrato da empresa “Terra e Mar”, contratada por meio de licitação e responsável pela manutenção, administração e limpeza do parque, não havia sido renovado pelo governo do Estado pelo fato de a unidade não gerar lucro. Surpreendentemente, na visita feita em 12 de outubro daquele ano para verificar a veracidade de tal informação os poucos funcionários lá encontrados confirmaram estar cumprindo aviso prévio e declararam que aquele seria o seu último dia de trabalho na empresa “Terra e Mar”, mas nenhum deles soube dizer o que aconteceria depois e se a empresa seria substituída por outra. Ninguém, dos poucos empregados da empresa encontrados lá, sabia dizer como ficaria a situação. Na segunda-feira, 13 de outubro, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) também não passou qualquer informação e os seus funcionários declararam desconhecer o caso.

Dias depois, um outro e-mail entrou em circulação⁵, declarando ser de autoria de Eliane do Canto, Coordenadora de Comunicação da SEMA e informando que:

“o Parque Estadual de Itapuã está funcionando normalmente, inclusive com toda a sua programação, incluindo passeio pelas trilhas. O Secretário do Meio Ambiente, Otaviano Moraes, esclarece que as atividades no Parque não serão prejudicadas, mesmo com o encerramento do contrato com uma empresa prestadora de alguns serviços em Itapuã. Está em fase final, na CELIC, o processo de licitação para contratar-se outra empresa, mas nenhum serviço no Parque será ou foi prejudicado. As necessidades de manutenção do Parque, atendimento ao público e atividades administrativas foram supridas por equipe própria da SEMA, ficando a administração e limpeza do parque a cargo dos funcionários da FEPAM, aliando-se ao pessoal do quadro os novos servidores nomeados por meio de concurso realizado em 2007. O processo do novo contrato está em fase de finalização na CELIC e será mais abrangente, contemplando outras Unidades de Conservação, como o Parque Estadual de Itavepa, em Torres; o Parque Estadual de Itapuã do Turvo, em Derrubadas e agências do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (Defap) do Interior do Estado”.

Apesar de as informações contidas neste e-mail de que nenhum serviço do parque seria prejudicado, nas visitas seguintes, embora o contrato com a EPAVI, outra empresa que atua no local, responsável pela proteção e segurança do parque, tenha sido mantido, foram percebidas inúmeras mudanças no que concerne à administração e limpeza do parque. Comparadas às visitas anteriores ao término do contrato da empresa Terra e Mar, tais mudanças refletiam o início de um ciclo decadente, caracterizado pela falta de limpeza e manutenção do parque, bem como por escassas atividades voltadas para a educação ambiental, prejudicadas pelo minguado número de educadores ambientais atuando no local.

Em janeiro de 2009, André, conforme citado anteriormente, ex-funcionário da FEPAM e ex-coordenador das atividades de EA do parque, confirmou tal situação:

“O visitante entra lá e reclama muito, mas esta reclamação não passa da porteira pra fora. O parque gasta cinco vezes mais do que ele fatura, uma vez eu peguei os números é da ordem de 300 mil o faturamento e o gasto de 1 milhão e duzentos. Porém, a gente atende ao longo do ano escolas públicas que não pagam o ingresso, então as escolas chegam lá com dois três ônibus, são oitenta a cento e vinte crianças que multiplicadas pelo ingresso de quatro reais dão os seus quinhentos reais por dia, mas não se cobra isso, não vai se cobrar de escola pública, já é ruim para a escola pública conseguir um transporte até lá. Se faz toda a educação ambiental com essas crianças

⁵ O texto do e-mail encontra-se na página de notícias da SEMA: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/jsp/descnoticias.jsp?ITEM=2126&TIPO=1>. Acesso em 17 de outubro de 2008.

e isso não tem preço! A conservação tá salva, se o governo mantiver o contrato com a EPAVI tá salva, mas e a educação ambiental? Se perde com tudo isso. Eu mantive até o último dia que estive lá. Eu recebia os ônibus, só que chegava dois ônibus e eu era um só, eu tinha que decidir para qual eu ia. Por causa de um contrato tu acaba demitindo 43 pessoas que para Itapuã é um monte de gente, multiplica isso por quatro, uma família, e tu acaba comprometendo também as condições ambientais em outras unidades de conservação, porque os guarda-parques vem de outros ecossistemas, então fica complicado.”

Considerando que, em momentos anteriores ao término do contrato da empresa terceirizada, as praias, os vestiários e os banheiros ficavam limpos, os educadores ambientais recebiam os visitantes assim que chegavam à Praia da Pedreira e à Praia de Fora, além de darem orientações sobre as diferentes praias já na portaria de recepção do parque e que as atividades de EA aconteciam regularmente, é impossível não observar os aspectos decadentes tanto nas ações de cunho administrativo quanto na própria composição da paisagem, onde além da vegetação característica do local, há o lixo trazido pelas águas. Os visitantes também observam isso:

“É um lugar maravilhoso. A única coisa que me chocou foi a sujeira na beira da praia. A gente transitou aqui, deste lugar você não vê, mas se andar para lá, atrás daqueles matinhos ali, é impressionante, tem plásticos, garrafas, fraldas, frascos de remédios. Para ser uma área de preservação é lamentável. Os banheiros também estão sujos.” (Rosi)

Assim, mais uma vez, interesses políticos, econômicos e sociais que envolvem a área do parque se confrontam, atuando na sua história de modo que, ao mesmo tempo em que disputam as paisagens, acabam por transformá-las.

Deste modo, a problemática desta pesquisa torna-se sobressalente no que se refere à educação ambiental quando ela acontece de forma mais ou menos estruturada, pois foi possível observar o parque no momento em que havia uma estrutura apropriada para a educação ambiental e no momento em que esta estrutura, por uma questão política, ficou decadente.

No capítulo seguinte, a etnografia feita traz a descrição das paisagens do parque no momento em que a estrutura para a educação ambiental estava em pleno funcionamento.

1.3. Etnografia da Observação das Paisagens

Na portaria, eu e meu companheiro fomos recebidos por uma moça muito simpática e atenciosa que nos deu as informações gerais sobre o parque, nos lembrou de alguns cuidados que deveríamos ter durante a visita, como não deixar lixo, não colocar som alto e circular somente nos lugares permitidos. Em seguida, nos vendeu os ingressos que deveriam ser entregues nas portarias de cada uma das três praias abertas à visitação pública: a Praia de Fora, a Praia da Pedreira e a Praia das Pombas. As outras praias, a Praia da Onça, a Praia do Araçá, a Praia do Sítio e a Praia do Tigre não estão abertas aos visitantes.

Começamos a nossa visita pela Praia de Fora, a mais distante de todas. A escolha desta praia para ser a primeira deu-se principalmente pelo fato de a estrada de acesso ser estreita, dando lugar à passagem de apenas um carro, o que permite a ida de todos os veículos até as doze horas e a volta somente após este horário. Na portaria desta praia fomos recebidos por um grupo de cinco homens, uniformizados e identificados como guarda-parques. Um deles recolheu nossos ingressos, pediu para que abrísssemos o porta-malas do carro e nos lembrou que é expressamente proibido parar na estrada para a praia e que a velocidade máxima permitida é de 30 km/h.

Já no início do percurso, na estreita estrada de pedra, foi possível observar de perto a paisagem local, que abriga remanescentes da vegetação original da região formada por matas de restinga, morros graníticos e campos arenosos (dunas). A experiência de contato com a natureza que naquele momento fazia reluzir intensamente todo o verde pintado pelo sol, nos remeteu a uma sensação de bem-estar envolvida por um silêncio profundo, apenas interrompido pelo ronco do motor do carro e pelo cantar dos pássaros. Quando, mais ao alto do morro, pudemos avistar ao longe a praia, diante da paisagem vista dali tornou-se inevitável uma parada de um minuto para uma foto. Embora a regra não permitisse, era preciso registrar aquela paisagem.



Chegando na praia avistamos um número considerável de figueiras. Donas de uma beleza exuberante, as figueiras são árvores que ocorrem com frequência naquela região, crescem de forma energética e produzem uma sombra bastante acolhedora. A grama estava limpa e aparada. Churrasqueiras e bancos de pedra espalhavam-se entre as árvores, proporcionando agradáveis locais de descanso e lazer. Numa construção simples de tijolos à vista estavam os banheiros e vestiários.

Seguimos por uma curta trilha arenosa entre pequenas dunas e logo adiante avistamos as águas tranqüilas da Laguna dos Patos. Bastante extensa, a Praia de Fora é a única do parque banhada pela Laguna dos Patos. Mais adiante dois homens recolhiam o lixo que, para um local como aquele, não era pouco. Havia, entre outras coisas, embalagens de alimentos, copos e sacos de plástico espalhados pela areia. Dirigimo-nos a eles. Eram funcionários da empresa terceirizada responsável pela manutenção, limpeza e administração do local, a “Terra e Mar”. Informaram-nos que tinham que recolher o lixo todos os dias, pois, segundo eles “as águas vindas do Guaíba carregam todo o lixo da cidade”. Após um breve passeio, voltamos para conhecer as outras praias. Visto que a estrada estava fechada para a saída de veículos, a permissão para voltar antes das 12 horas nos foi concedida por uma vigilante que estava no local, já que aquele não era um dia de movimento intenso de visitantes. Segundo ela, durante o inverno, o parque normalmente recebe grupos de estudantes e excursões e o fluxo de carros é bastante reduzido nesta estação do ano. Quando chegamos à

outra ponta da estrada um micro ônibus escolar aguardava a nossa chegada, orientado pelos guardas, para entrar na estrada.

A Praia da Pedreira é ainda mais bela. É pequena, mas também acolhedora. Possui muitas árvores grandes como as figueiras, um restaurante, que segundo um dos guarda-parques está temporariamente fechado por um problema administrativo, banheiros, vestiários, um trapiche, muitas churrasqueiras e lixeiras. Também, desta praia é possível avistar o Farol de Itapuã. Situado exatamente onde as águas do Lago Guaíba se encontram com as águas da Laguna dos Patos o farol foi construído em 1860, mas a trilha de acesso a ele não está aberta para os visitantes.

Logo na chegada da Praia da Pedreira fomos recebidos por Eliana, monitora ambiental, que nos apresentou a praia e colocou-se a nossa disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. Perguntamos sobre as trilhas. Um grupo já havia saído pela manhã e, com o mínimo de cinco pessoas, poderia sair outro à tarde após o almoço. Deixamos nosso nome com ela caso aparecessem mais pessoas interessadas, porém mais tarde descobrimos que fazendo a trilha não teríamos tempo para conhecer a terceira praia naquele dia e então optamos por não fazê-la. Aproveitei para perguntar à Eliana um pouco mais sobre o parque. Obtive uma série de informações com ela. Trabalham ali mais ou menos umas cem pessoas entre monitores ambientais, vigilantes, administradores, guardas e funcionários da limpeza. Apenas alguns vigilantes moram ali, o restante são moradores do entorno, segundo ela, um dos pré-requisitos para trabalhar ali é morar nos arredores do parque. A Praia da Pedreira suporta 350 pessoas, bem como a Praia da Pombas, já a Praia de Fora tem um limite de 200 pessoas por dia, por isso nos meses de verão sugere-se a compra antecipada de ingressos para não correr o risco de não conseguir entrar no parque. Questionada sobre o perfil dos visitantes, Eliana ressaltou que no inverno normalmente a unidade é visitada principalmente por grupos de jovens e crianças trazidos pelas escolas e no verão por “famílias ou jovens de classe média e alta, muito educados” e por grupos de terceira idade. A monitora não destacou maiores problemas quanto aos cuidados que as pessoas têm em seguir as regras impostas pelo parque, a não ser aqueles que levam seus animais de estimação e os deixam escondidos ou levam bolas para jogar, sabendo que isto é proibido.

Em seguida, nos acomodamos na sombra de uma figueira. Por volta das 11 horas da manhã já começavam a chegar os primeiros veículos de visitantes que até as 13 horas somavam aproximadamente 15 carros. As pessoas, em sua maioria famílias, compostas por

casais das mais variadas idades e seus filhos, acomodavam-se próximas às churrasqueiras. Os mais velhos preparavam o almoço, enquanto os mais jovens e as crianças entretinham-se nos arredores.

Depois do almoço, partimos para a Praia das Pombas, bem próxima dali. Nesta praia a água já não parecia tão limpa, embora houvesse uma grande placa indicando: “A FEPAM informa as condições da água para banho: PRÓPRIA”. Havia muitas árvores e algumas pequenas trilhas que conduziam a outros banheiros, vestiários e às churrasqueiras que não ficavam tão próximas da beira. Também possuía um trapiche. Diferentemente das outras praias, não encontramos nenhuma pessoa, não havia qualquer vigilante ou monitor ambiental, tão pouco qualquer visitante. Andamos um pouco na beira da praia e pelas pequenas trilhas e partimos para o Centro de Visitantes.

No Centro de Visitantes, último local em que estivemos, mal estacionamos e um rapaz bastante sorridente veio nos receber e nos convidou para entrar. Entramos acompanhados por um outro casal que também acabava de chegar. A primeira coisa que vimos foi um cartaz enorme no qual são comparadas duas fotos do Parque no mesmo local, uma antes e a outra depois da retirada de um loteamento. O guia nos explicou que na década de 80 foram construídos loteamentos clandestinos de veraneio na Praia de Fora e arredores, os quais foram retirados em 2002, com a reabertura do Parque. O cartaz nos remete à visão de duas paisagens distintas num mesmo local e destaca abaixo da paisagem da foto de 2002 a seguinte frase: “A natureza venceu em Itapuã”. A seguir, nos deparamos com um mural intitulado “Itapuã e a Revolução Farroupilha” que contém textos explicativos e um mapa de operações de guerra da revolução, no qual a área onde se situa o parque é destacada. Há também um outro mural que mostra a vista de cima do Parque e destaca o Farol de Itapuã com uma maquete do mesmo posta à sua frente.

As fotos da II Mostra Itapuã, expostas em uma galeria, ainda dentro do Centro de Visitantes, contêm imagens das praias, das plantas e dos animais que compõem a natureza do parque. Entre elas há um túnel iluminado, onde as imagens são montadas de forma a dar a impressão de estar no alto de um dos morros que compõem as paisagens locais.

Depois de uma observação atenta às imagens expostas na galeria nos dirigimos para uma sala onde foi passado um vídeo sobre o parque, destacando a sua importância e riquezas naturais. O vídeo é passado para todos os visitantes do local e contém um forte discurso

ecológico retratado por imagens tanto de belezas naturais quanto de ambientes completamente degradados.

O Centro de Visitantes foi o último local que estivemos.

1.4. O Parque Enquanto Um Espaço Formador de Um *Habitus Ambiental*

Neste capítulo, baseando-se nas observações tanto das paisagens, quanto das atividades voltadas para a educação ambiental, o Parque Estadual de Itapuã é pensado como um espaço formador de um *habitus* que caracteriza o *campo ambiental*. Para tanto, primeiramente torna-se indispensável definir os conceitos que tecerão a rede de idéias expostas aqui.

O conceito de *habitus* inspira-se em Bourdieu (1996) e é tido como um:

“princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.” (p.21 e 22)

Já o conceito de *campo ambiental* inspira-se em Carvalho (2005) e compreende um conjunto de éticas e valores ligados aos temas ambientais que orientam as ações dos sujeitos nele inseridos. Engloba um conjunto de relações, sentidos e experiências que regulam a vida individual e coletiva e no qual a questão ambiental aparece como configuradora de um universo de significados e sentidos.

Nesta perspectiva, Carvalho (2005), ao tratar da noção de *campo ambiental* apóia-se no conceito de campo social de Bourdieu:

“Com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular. Conforme Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e de se comportar que põem em ação as regras do jogo em campo. Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas e políticas pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos

instituídas, seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre os temas ambientais.” (p. 53)

Baseando-se nestes conceitos, o PEI, como instituição estatal que objetiva a conservação da biodiversidade e como produtor de experiências voltadas à valorização da natureza e do meio ambiente, torna-se um espaço de (re)produção de um *habitus* configurador do *campo ambiental*, ou seja, de práticas e valores que têm em comum o envolvimento com a temática ambiental.

Assim, as atividades do parque voltadas para a educação ambiental, bem como a produção de experiências de convívio com as suas paisagens são possíveis elementos formadores de práticas e condutas “ecológicas” ou ambientalmente desejadas. Tais elementos tornam-se um convite aos visitantes a terem novas sensibilidades em relação à natureza e a adquirirem comportamentos e atitudes que denotam uma preocupação ambiental, visto que o parque também é um espaço estruturado para este fim. Claro que isto ocorre entre os visitantes em graus de envolvimento bastante diferenciados.

Embora neste espaço já circulem sujeitos inseridos no *campo ambiental* e já bastante envolvidos nas temáticas que o regem como ecologistas, pesquisadores, educadores e outros agentes orientados por uma ética ambiental, o parque é também um convite ao usuário que pode estar na periferia deste campo ou mesmo ser um recém chegado nele. Assim, os visitantes menos preocupados com as questões ambientais acabam, pelo fato de estarem sujeitos às regras impostas pela administração do parque e ao controle feito pelos guarda-parques que lá transitam, sendo orientados para comportamentos ecologicamente corretos, ao menos enquanto circulam pelas suas paisagens.

O visitante, ao entrar no parque, recebe um folder explicativo e anexado a ele um papel contendo uma relação de regras, as quais ele deve seguir enquanto estiver visitando a unidade:

“Você está numa UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, para manter preservado e cheio de vida, é preciso ter alguns cuidados.

Dicas para uma visita tranquila:

- É permitido entrar na trilha somente com um monitor desde que esteja usando um calçado fechado

- É permitido banhar-se nas áreas demarcadas

- É permitido guarda sol somente nas areias da praia
- É permitido somente bóias de braço, em caso da criança estar acompanhada dos pais
- É permitido piscina infantil somente na areia
- Não é permitido jet skys, pranchas, caiaques, etc.
- Não é permitido jogos com bolas
- Não é permitido a circulação na pedras
- Não é permitido circular de bicicleta pelo parque
- Não é permitido coletar nenhum tipo de vegetação
- Não é permitido ingressar no parque com lenha ou materiais para fogo
- Não é permitido pendurar quaisquer objetos nas árvores
- Não é permitido o uso de churrasqueiras portáteis
- Não é permitido a entrada de animais domésticos
- Não é permitido som alto
- Não é permitido alimentar os animais do parque”

Sendo assim, a inculcação destes comportamentos e a tentativa de produção de consenso entre os sujeitos que circulam pelas paisagens do parque torna-se também um mecanismo de (re)produção de práticas “ecológicas” e promoção do *habitus* articulador do *campo ambiental*.

Além disso, segundo Carvalho (2008), o *campo ambiental*, na perspectiva da ética ambientalista, alimenta a utopia de uma relação simétrica entre os interesses da sociedade e os processos da natureza, buscando reorientar os estilos de vida, bem como hábitos coletivos e individuais e valorizando o respeito aos limites de regeneração da natureza. O PEI não deixa de estar engajado na disseminação dessa crença. O parque produz experiências que podem atribuir sentido à relação humano/natureza de modo a aproximá-los, transformando assim as percepções dos visitantes que adentram suas paisagens.

Lobo (2000) salienta a perspectiva transformadora possível em unidades de conservação quando observa que a concepção por trás da proposta ambientalista é a de que:

“por intermédio da educação ambiental e da visitação a esses ‘santuários’, possa ocorrer uma ‘transformação’, o surgimento de novas sensibilidades que possam conduzir a outras formas de comunicação com a natureza, não vista como oposição, mas como um lugar onde a relação corpo/universo se insere.” (p.35)

Sendo assim, o *habitus* que configura o campo social em questão, como as atitudes preservacionistas e os comportamentos considerados ambientalmente corretos, além de se (re)produzir nas experiências proporcionadas em unidades de conservação como o PEI, pode vir a transbordar aqueles espaços, estendendo-se para o cotidiano das pessoas.

Em última análise, as unidades de conservação, de um modo geral, na medida em que objetivam a educação ambiental e a conservação da biodiversidade, tornam-se

importantes agentes na instituição e consolidação de um *campo ambiental*, que embora seja um campo bastante heterogêneo e em constante formação, por meio de uma diversidade de atores e práticas, constrói uma gama de concepções que têm como eixo comum a preocupação com o meio ambiente.

Capítulo 2

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1. Perspectiva Histórica da EA no Brasil

Torna-se relevante apreender nesta pesquisa alguns aspectos históricos que contribuem para a formação do que entendo aqui por educação ambiental, já que o universo de pesquisa estudado, enquanto um espaço de conservação da natureza e propagação da consciência ecológica, tem uma importância significativa na construção e consolidação dessa temática no Brasil.

Sendo assim, numa perspectiva histórica que contribui para a compreensão do contexto em que vem se estruturando unidades de conservação como o PEI, é possível observar as preocupações ambientais da sociedade em suas diferentes dimensões, bem como as variações conceituais da temática da educação ambiental nas últimas décadas.

Os movimentos ecológicos surgem no final da década de 60 juntamente com outros movimentos contraculturais, trazendo como uma de suas propostas a difusão da educação ambiental como ferramenta de mudanças nas relações humanas com o ambiente. Porém, tais mudanças fundamentavam-se, inicialmente, numa preocupação com o uso inteligente dos recursos da natureza para fins de desenvolvimento, conforme Alexandre e Mazzola (2003), que defendem que as políticas de conservação de recursos naturais têm suas origens no chamado conservadorismo ambiental. Para eles, essa matriz de pensamento está inserida numa corrente antropocêntrica, que tem como idéia central conservar a natureza para o desenvolvimento e defender os interesses humanos particulares, buscando assegurar o estoque de recursos naturais disponíveis no planeta e tendo-os principalmente como um valor instrumental para fins humanos (p.4).

Porém, as conseqüências ambientais provindas de uma cultura intensamente capitalista e absurdamente esbanjadora de recursos foram ganhando visibilidade na medida

em que os problemas ambientais vinham afetando a qualidade de vida das pessoas e uma nova corrente, segundo Alexandre e Mazzola (2003), surge neste contexto, o ecocentrismo. Esta corrente é a dos movimentos de defesa da qualidade de vida. Os ecocêntricos, ou seja, os sujeitos inseridos nesta corrente, defendem incondicionalmente a proteção de populações, espécies, habitats e ecossistemas sem se preocuparem com o seu valor de uso para a espécie humana e tratam da degeneração ambiental como uma consequência do desenvolvimento industrial e tecnológico. Assim, ao contrário das posições antropocêntricas, têm o propósito de preservar a natureza do desenvolvimento. Os autores destacam que os ecocêntricos:

“são duros críticos do desenvolvimento econômico, da ciência e da tecnologia. Em termos práticos estão associados a movimentos pró-criação de políticas ecológicas como áreas verdes de recreação, uso de tecnologias apropriadas, agricultura orgânica, medicina alternativa, reciclagem, transporte público, uma total reorientação das necessidades humanas e procura de um maior proveito dos estilos de vida ecológicos.” (p.7)

No Brasil, também influenciados por essas duas correntes, os movimentos ecológicos cresceram a partir da década de 80, nos anos de abertura política e novos movimentos sociais, quando se intensificaram a realização de seminários e conferências que abordavam, além de temas ambientais, temas ligados ao feminismo, ao homossexualismo, entre outros. Conforme salienta Carvalho (2008) ao inserir o ambientalismo no contexto dos novos movimentos sociais dos anos 80:

“Os novos movimentos sociais não só reforçaram o contexto de abertura política e fortalecimento da sociedade civil, como também foram decisivos para a ampliação da esfera pública. Na agenda das lutas sociais, uma série de novos direitos foram reivindicados – direito das mulheres, direito à livre escolha sexual, direito à informação, entre outros. O direito ao meio ambiente – ora traduzido como qualidade de vida, ora como democratização da gestão dos recursos naturais – passa a integrar essa agenda, contribuindo para a instituição de novas esferas de legitimação, sensibilidades, sociabilidades, que alimentam um ideário ambientalista, existencial e político de corte emancipatório e autonomista.” (p. 146)

Contudo, vale destacar que o discurso ambientalista germinado nos anos 80 ganhou força no país no início da década de 90 quando foi realizada em 1992, no Rio de Janeiro, a segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida pelos nomes de ECO-92 e Rio-92. Tal conferência teve como objetivo principal buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas

da Terra, além de consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável e atribuir responsabilidades aos países desenvolvidos.

Com a temática ambiental permeando cada vez mais as esferas sociais e a inegável necessidade de políticas públicas que promovessem e incentivassem a educação ambiental, em 1999 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu o Departamento de Educação Ambiental para desenvolver ações a partir das diretrizes definidas pela Lei nº 9.795, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. Tais diretrizes englobam, segundo o site do MMA⁶, perspectivas de estímulo e apoio à construção de sociedades sustentáveis, promovendo o controle e a participação social em todos os setores da sociedade brasileira. O Departamento de Educação Ambiental também assumiu nesta época o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), referência de planejamento e implementação de ações em educação ambiental para instituições governamentais e não governamentais brasileiras que tem como linhas de ação a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental, e a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação nesta área.

No que concerne a uma legislação específica para as unidades de conservação Lobo (2000) esclarece que no Brasil a preocupação com a natureza acontece de forma tardia:

“A criação de todos os parques até 1965 foi efetivada num período em que não havia uma legislação específica para as unidades de conservação (estas nem existiam como as entendemos hoje), estando estes sob a égide do ‘Código Florestal’ de 1934, que constituiu o primeiro estatuto legal abrangente editado no Brasil sobre a flora. O Código introduziu na legislação brasileira a noção de área reservada, mesmo que de modo limitado, reconhecendo as categorias de parque nacional, estadual e municipal, floresta nacional, estadual e municipal, e floresta protetora.” (p. 39)

Lobo (2000) destaca ainda que a partir do advento do “Novo Código Florestal”, em 1965, parece ter havido uma mudança na valorização “estética e cultural” das unidades de conservação para uma preocupação com a proteção de ecossistemas de espécies ameaçadas. Segundo ela, na década de 70, portanto, houve um aumento da preocupação com a proteção de ecossistemas representativos da biodiversidade. Já nos anos 80 “a ênfase teria sido na

⁶Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idConteudo=940&idMenu=487>
Acesso em 27 de novembro de 2008.

conservação da biodiversidade com vistas ao uso potencial pela biotecnologia e para a manutenção das funções ecológicas essenciais ao planeta” (Lobo, 2000, p.39) e nos anos 90 a maior preocupação seria a conservação da biodiversidade contextualizada nos sistemas econômicos de produção sustentável.

Nesse contexto, a EA vem sendo conceituada de diversas formas. O livro do Ministério do Meio Ambiente (2004), por exemplo, traz diferentes sentidos identitários à educação ambiental: Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental. Tais denominações, segundo ele, são frutos de um amadurecimento teórico do campo, onde diferentes posicionamentos político-pedagógicos dão novas significações ao vocábulo, estabelecendo fronteiras que não são necessariamente bem demarcadas, mas que se distinguem por determinadas especificidades. Nas palavras de Layrargues:

“Re-nomear completamente o vocábulo composto pelo *substantivo Educação* e *adjetivo Ambiental* (como por exemplo com a Ecopedagogia) ou designar uma outra qualidade nele, mesmo que para enfatizar uma característica já presente, embora ainda pouco expressiva entre os educadores ambientais (como por exemplo a Educação Ambiental Crítica, que evidencia os vínculos existentes entre a Teoria Crítica e a Educação Ambiental) pode significar dois movimentos simultâneos mas distintos: um refinamento conceitual fruto do amadurecimento teórico do campo, mas também o estabelecimento de fronteiras identitárias internas distinguindo e segmentando diversas vertentes (cujas fronteiras não necessariamente sejam bem demarcadas), não mais exclusivamente externas ao campo da Educação que não é ambiental.” (2004, p.8)

Diante de tal multiplicidade conceitual, na qual se ramificam os diversos sentidos identitários atribuídos a esta temática, este trabalho, visando uma educação ambiental que tem como instrumento recursivo a paisagem e objetiva principalmente a transformação das percepções dos sujeitos, perpassa as diferentes denominações dadas ao tema, sem a intenção de desconsiderar as especificidades de cada uma delas e nem de fazer uma análise teórica detalhada. Considero aqui os aspectos históricos e a conseqüente multiplicidade conceitual formada ao longo deste percurso no qual a EA, por meio de diferentes espaços de construção e difusão, vem se consolidando no Brasil e no mundo como um caminho de transformação social.

Cabe ressaltar, portanto, que a EA tem em suas diversas concepções uma base comum: a responsabilidade de conduzir processos nos quais os seres humanos possam

perceber de forma reflexiva e crítica os mecanismos que envolvem a dinâmica global e atuar de modo responsável e consciente, buscando assim a “qualidade da experiência humana” (Lobo, 2000, p. 41).

Estabelecida esta base, penso que cabe às instituições, às associações e toda a gama de sujeitos que constituem o *campo ambiental*, dentro de suas especificidades, tomar as iniciativas capazes de dar conta desta orientação para que os seres humanos possam adquirir valores e comportamentos de compreensão e respeito à natureza. Isto significaria, na direção da literatura em que me apoio, produzir uma educação ambiental para além das dicotomias entre ecocentrismo e antropocentrismo, uma ação educativa na qual haja um engajamento humano com outros seres e elementos constitutivos do mundo.

2.2. A Importância do Parque Estadual de Itapuã na Educação Ambiental

O Parque Estadual de Itapuã é um espaço privilegiado no que concerne à produção de experiências de convívio com a natureza, bem como de atividades voltadas para a educação ambiental. A beleza de suas paisagens e a biodiversidade nelas encontradas são recursos significativos para a formação de um *habitus* ambiental que se constitui na incorporação de novos comportamentos e atitudes dos seres humanos em relação à natureza, como vimos no capítulo anterior.

Nesta perspectiva, espaços que têm entre seus objetivos a educação ambiental são de suma importância quando pensamos nos atuais padrões de vida considerados de qualidade que, segundo o ecossocioeconomista⁷ Ignacy Sachs (2007), atingem níveis de consumo cada vez mais elevados e estimulam um capitalismo desenfreado, deixando explícita a incapacidade ambiental para suportar tamanha exploração. Diante disso, o discurso ecológico tem defendido que as mudanças nos comportamentos das pessoas são fundamentais no processo de diminuição de danos ambientais. Isso denota a necessidade de transformação nos estilos de vida de forma a evitar o desperdício de recursos e instigar modos de vida mais

⁷ O termo “ecossocioeconomia” sugere uma combinação de crescimento econômico, bem-estar social e preservação ambiental. O termo foi cunhado por Karl William Kapp, economista de origem alemã.

sustentáveis. Sachs (2007) ainda questiona se é possível manter o crescimento econômico sem a exaustão dos recursos naturais:

“A prudência ecológica é um dos princípios da ética do desenvolvimento, ao lado da equidade social. Mas será de fato possível um crescimento sustentado em harmonia com a natureza? Podemos imaginar o crescimento econômico subsequente, nos países industrializados, sem transgressão dos ‘limites externos’ de exaustão de recursos, poluição excessiva ou mudanças climáticas adversas?” (p.128)

Sendo assim, compreendo neste estudo que a educação ambiental pode ser um instrumento na busca de uma transformação social que implique em modos de vida alternativos e tenha como base a prudência ecológica, no sentido de Sachs, princípio da ética do desenvolvimento indispensável na distribuição igualitária dos recursos. Isto porque, baseando-se na atual retórica ecológica, mudar a situação social e econômica do Planeta, considerando os limites ambientais que mal suportam os padrões de consumo da atual sociedade capitalista e globalizada requer, primeiramente, uma redefinição da relação dos seres humanos com o meio ambiente.

Segundo Capra (1986), deve haver uma transferência na nossa concepção de mundo, de uma visão mecanicista para uma visão holística da realidade, onde os seres humanos possam ser incluídos no ciclo da natureza, como parte dela e não apenas apropriando-se dela como um mero bem de consumo. Para ele, é impossível falarmos em natureza sem nela nos incluirmos. Daí a importância de revermos nossa concepção de mundo:

“Precisamos, pois, de um novo “paradigma” – uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores. Os primórdios dessa mudança, da transferência da concepção mecanicista para a holística da realidade, já são visíveis em todos os campos e suscetíveis de dominar a década atual.” (Capra, 1986, p. 37)

Numa perspectiva holística, o modo de “ser-no-mundo” é concebido na sua totalidade, num atuar participativo em harmonia com o meio ambiente. Sauvé (2005) destaca que a corrente holística, dentre outras nas quais a educação ambiental se insere, não busca conhecer as coisas de modo a exteriorizá-las, mas sim, apreender os seres e a natureza participando dos fenômenos e associando a capacidade criativa do ser humano com a natureza. Para ela,

“é preciso levar em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões das realidades socioambientais, mas também das diversas

dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu “ser-no-mundo”. O sentido de ‘global’ aqui é muito diferente de ‘planetário’; significa, antes, holístico, referindo-se à totalidade de cada ser, de cada realidade, e à rede de relações que une os seres entre si em conjuntos onde eles adquirem sentido.” (Sauvé, 2005, p.27)

Nesta linha de pensamento, a consciência ecológica e a reavaliação de comportamentos dependem, em grande parte, de uma concepção holística da realidade que associe o equilíbrio ecológico a mudanças profundas na percepção dos seres humanos sobre o papel que devem desempenhar no ecossistema planetário. Porém, devo ressaltar que quando falo em concepção holística da realidade, referindo-me à totalidade que envolve todos os seres que habitam este mundo, não tenho o propósito de desconsiderar a ‘outridade’ da natureza, mas sim, considerar a alteridade como uma diferença inserida num mesmo lugar comum.

A educação ambiental baseia-se aqui numa redefinição da relação entre os seres humanos e não-humanos e deve-se em grande parte às diferentes formas de produção de experiências que fazem germinar novas sensibilidades e que objetivam a transformação das percepções dos sujeitos no que diz respeito ao seu convívio com a natureza. Este estudo volta, portanto, as suas atenções para o modo como ela acontece numa unidade de conservação que busca disseminar a consciência ecológica quando, além de propor atividades específicas para este fim, possibilita o contato direto com a natureza preservada.

Os parques ecológicos, de um modo geral, ganham importância significativa no difícil percurso de transformação das sensibilidades dos humanos ao qual se propõe a educação ambiental compreendida nos atuais discursos ecológicos. Cascino (1998) reforça a importância desses parques quando afirma que o reencontro dos humanos com a natureza reporta-os a sensações há muito relegadas a um segundo plano e dotadas de uma riqueza que não pode ser esquecida. Para ele, este “reencontro” com a natureza é de uma riqueza toda particular, pois remete

“indivíduos urbanos ao rompimento com a lógica da proteção – todo ambiente urbano se destina ao conforto de seus habitantes, excluindo desta forma, praticamente todo o contato direto com os fenômenos naturais, o que gera profundo distanciamento desses indivíduos com seus instintos de sobrevivência e construção de momentos de prazer e relaxamento.” (Cascino, 1998, p.89 e p.90)

A exemplo disso, no Parque Estadual de Itapuã estes momentos de prazer e relaxamento são experimentados por muito visitantes:

“Eu fico feliz em estar aqui, é um lugar bonito. O contato com a natureza e com os animais sempre me faz bem. Poderia aparecer uma cobra agora e eu iria ficar esperando ela chegar mais perto para eu ficar olhando para ela.” (Lucio)

“Aqui é bom porque é um lugar mais vazio, preservado. Gosto de passar o dia nesta praia, é diferente das outras do litoral porque tem menos gente, não tem barulho.” (Nelson)

“Maravilhoso aqui, a natureza assim, é ótimo, principalmente o silêncio né?! A pessoa pode vir descansada e apreciar o ambiente com a família. Não tem como explicar a coisa linda que é aqui.” (Marta)



Dessa forma, a sensação de “bem-estar” que normalmente experimentam os usuários nos momentos de lazer em que adentram as paisagens do parque, onde há um contato direto com a natureza preservada é um importante recurso para a sensibilização ambiental. Lobo (2000) acrescenta que a experiência do lazer nos parques e o convívio com a natureza possibilitam a conscientização ecológica por meio de experiências práticas, o que acarreta o entrelaçamento da vida cotidiana com o ideal do ambientalismo:

“A experiência de lazer nos parques pretende relacionar o ideal do ambientalismo com a vida cotidiana. Na medida em que experienciamos este mundo, que experimentamos os odores, sentimos o “poder da natureza”, vivenciamos nosso próprio eu, temos uma forma específica de socialização; à medida que compartilhamos esses estilos, passamos a considerar esse ‘mundo’ como real, a atribuir a ele o acento da realidade. Isso é sensibilização. É somente por intermédio de nossas experiências práticas que podemos atribuir realidade; é somente por intermédio da experiência de lazer nos parques, que estes

se tornarão uma realidade a qual não queremos abandonar e a qual sentiremos necessidade de defender.” (Lobo, 2000, p. 43)

Como vimos, a EA acontece de forma intensa em lugares, a exemplo das unidades de conservação, onde a natureza preservada possibilita o cultivo de sensibilidades humanas que indicam harmonia com o ambiente. Além disso, há ainda, nessas unidades, uma estrutura montada para a realização de atividades educacionais, como os Centros de Visitantes e as trilhas interpretativas, dispondo vias de compreensão do meio ambiente facilitadoras de novas experiências.

2.3. As Atividades de EA Propostas Pelo Parque

2.3.1. As Trilhas Interpretativas

Principais responsáveis pela formação e orientação dos visitantes do PEI as trilhas interpretativas acionam a natureza local para estimular nos visitantes novas traduções daquele meio. Contudo, estas atividades são (re)significadas aqui como instigadoras de uma experiência de compreensão ambiental que ultrapassa sua qualidade meramente explicativa.

Assim, a EA feita nas trilhas é analisada nesta pesquisa não apenas enquanto uma atividade de interpretação no sentido de explicação do meio ambiente, mas, principalmente, enquanto uma fonte de interpretação no sentido de compreensão do mesmo, produzindo uma condição facilitadora da busca de sentido para aquela experiência. Uma experiência não apenas de transmissão e recepção de conhecimentos biológicos sobre o ambiente, mas também de conexão com a natureza.

Lobo (2000) concorda com isso quando coloca que:

“na proposta de interpretação ambiental há todo um discurso sobre a necessidade de envolvimento e sensibilização dos visitantes no sentido de criação de uma nova consciência, compreensão e compromisso. A interpretação é, ao mesmo tempo, um instrumento de educação e de recreação, e seu objetivo é conectar as pessoas com o lugar.” (Lobo, 2000, p. 43)

Carvalho (2008) também salienta esta idéia quando, numa perspectiva filosófica hermenêutica, desloca a educação ambiental feita nas trilhas de uma ação puramente explicativa para uma via compreensiva de acesso ao meio ambiente:

“Nessa atividade, o educador opera transmitindo informações relativas a um determinado espaço natural, objeto da trilha interpretativa. Nesse caso, costumam ter um grande peso os conhecimentos oriundos da biologia sobre o funcionamento dos ecossistemas, a composição dos diversos elementos da natureza e suas interações. As trilhas interpretativas ilustram muito adequadamente o horizonte epistemológico de grande parte da educação ambiental contemporânea, fortemente marcada pela tradição explicativa das ciências naturais. Em contraposição a essa perspectiva *explicativa*, oriunda das ciências naturais, abre-se para a EA uma ação *interpretativa* e uma via *compreensiva* de acesso ao meio ambiente. O deslocamento desse fazer educativo de sua acepção técnica problematiza sua *via régia* posta nas ciências naturais e, a partir de uma perspectiva filosófica hermenêutica, oferece um outro conceito de interpretação na EA” (Carvalho, 2008, p.33)

Este novo conceito do qual fala Carvalho, pressupõe que a busca de sentido para a interpretação do ambiente não se resume à explicação, vai além disso, busca fazer com que a experiência de convívio com a natureza seja marcada por uma compreensão que agrega tanto os conhecimentos biológicos quanto os sociais e os políticos que envolvem os valores ambientais de uma sociedade, desvelando assim novos sentidos para as relações sociedade-natureza.

Isto significa que a experiência de estar em contato com a natureza de um modo orientado por alguém, no caso o guia ou monitor da trilha, é um importante recurso educativo porque produz conhecimentos que transbordam os específicos da biologia, aproximando as pessoas daquela natureza. Assim, o papel do monitor ou educador ganha também um novo sentido:

“o educador ambiental seria um intérprete dos nexos que produzem os diferentes sentidos do *ambiental* em nossa sociedade. Ou, ainda, em outras palavras, um *intérprete das interpretações* socialmente construídas. Desse modo, a EA, como prática interpretativa que desvela e produz sentidos, contribui para a constituição do horizonte compreensivo das relações sociedade-natureza e para a invenção de um sujeito ecológico” (Carvalho, 2008, p.34)

No caso do PEI, os educadores ambientais orientam os visitantes em quatro trilhas interpretativas. São elas:

Trilha da Onça - Tem 3.280 metros (ida e volta) com duração de duas horas. O ponto de partida é a Praia das Pombas e o destino é a Praia da Onça. As diferentes espécies de bromélias e orquídeas, além da calíandra e da vassoura vermelha, são algumas das flores que habitam a trilha. A presença de fraléias, uma espécie de cacto que está em extinção, evidencia a recuperação da natureza. A visão panorâmica do Lago Guaíba e da Praia das Pombas é uma maravilhosa recompensa.

Trilha da Fortaleza - Percurso que sai da Praia da Pedreira e segue até o topo do Morro da Fortaleza com extensão de 3.070 metros, realizada em aproximadamente duas horas e meia. É uma trilha histórico-cultural onde podem ser vistas trincheiras da época da Revolução Farroupilha (1835-1845) e a própria fortaleza que abrigava os revolucionários. No caminho natural, encontram-se espécies da flora como as corticeiras da serra e do banhado, gravatás e butiazeiros.

Trilha do Araçá - Percurso que sai da Praia da Pedreira e segue até a Praia do Araçá, com 1.900 metros, realizada em menos de duas horas. Trilha percorrida em trecho florestal, que permite vislumbrar belas paisagens. O passeio também descreve como funcionava o antigo caminho de comércio entre praias.

Trilha da Visão - Percurso pela crista do Morro do Campista com extensão de 2.900 metros (ida e volta), percorrida em aproximadamente duas horas. Conta com inúmeros mirantes naturais, que possibilitam a contemplação de belos ângulos das paisagens do Parque.

Para que a EA feita nessas trilhas produza o efeito desejado nos visitantes, ou seja, produza experiências de compreensão ambiental e engajamento, os educadores ambientais que nelas atuam devem considerar primeiramente a dinamicidade desses percursos, que além de estarem sujeitos às interceptações geradas pelos ventos, pelas chuvas e pelas erosões, são constantemente transformados pelos processos de sucessão naturais da vegetação, numa dinâmica inerente à própria natureza. Assim destaca André, ex-coordenador das atividades de EA do parque, ao reproduzir o seu discurso para os monitores ambientais:

“A trilha não é sempre a mesma coisa, os pontos não são sempre os mesmos. Vocês entram em maio e vão pegar todas as plantas em repouso, entram na primavera, vão pegar muitas flores. Então tem uma dinâmica acontecendo aí. Aonde cai uma árvore no meio do mato se abre uma clareira, se criam samambaias, rebrotam caporococas começa esse processo de sucessão de novo.”

Além disso, no entendimento desta pesquisa os monitores ambientais devem estar munidos tanto de informações históricas, também inerentes àquelas paisagens, como na Trilha da Fortaleza, por exemplo, que abriga resquícios da Revolução Farroupilha, quanto de conhecimentos sociais e políticos, imprescindíveis na compreensão do processo de estruturação daquela unidade.

Na concepção de EA proposta aqui, portanto, é importante que os visitantes compreendam que aquela experiência só é possível porque houve um engajamento humano de respeito e valorização da natureza, onde uma diversidade de elementos, humanos e não-humanos atuaram e ainda atuam naquele espaço, como partes de um mundo transformando a si mesmo. Esta concepção está fundamentada nas idéias de Ingold, nas quais “o mundo de nossas experiências é um mundo suspenso em movimento, que está continuamente se criando enquanto nós – pelo nosso próprio movimento – contribuimos para a sua formação” (Mafra, 2005, p. 107). Desenvolverei melhor estas idéias no terceiro capítulo.

A Trilha do Araçá foi a única feita no período em que foram produzidas as observações participantes deste estudo. Isto devido ao fato de as atividades de EA do parque terem sido desestruturadas pela falta de monitores, no contexto da situação já explicada no primeiro capítulo da não renovação do contrato da empresa terceirizada responsável pela manutenção e administração do parque. Sendo assim, durante a Trilha do Araçá, como veremos a seguir, as paisagens foram acionadas pelos monitores que nos acompanharam de um modo um tanto superficial, já que estes monitores pertenciam a uma outra unidade de conservação, tendo um conhecimento pouco denso da fauna e da flora do PEI. Porém, o relato desta experiência não deixa de ser relevante na medida em que as paisagens, indiferentes ao discurso, acabaram sensibilizando o grupo por suas belezas e peculiaridades. Além disso, o monitor Daniel, enriqueceu ainda mais o passeio quando, durante o percurso, contou um pouco sobre a sua trajetória de vida.

2.3.2. Experiência na Trilha do Araçá

Ao reunirmos o grupo interessado em fazer a trilha na Praia da Pedreira, sem demora marcamos o ponto de encontro: embaixo da figueira que fica em frente ao trapiche. Calçamos

os tênis, conforme solicitado pelos monitores que seriam os nossos guias, acomodamos nossas coisas e partimos pouco tempo depois.

Por volta das 10 horas da manhã de domingo iniciamos a Trilha do Araçá. Estávamos em nove pessoas, três mulheres e seis homens, além dos dois monitores. Todos pareciam ter entre 20 e 30 anos de idade, com exceção de um dos homens que parecia ter um pouco mais.

No início da trilha, Daniel, um dos guias, nos entregou as caneleiras, porque, conforme ele já havia nos dito anteriormente, havia muitas cobras naquela região. Em seguida, pediu para que o grupo se aproximasse e fez uma breve apresentação. Primeiramente, identificou-se como guarda florestal da Reserva Florestal de São Francisco de Paula. Fora chamado pela SEMA para trabalhar temporariamente no Parque Estadual de Itapuã. Disse ainda que na trilha veríamos uma paisagem surpreendente e que ele esperava que esta paisagem tocasse cada um de nós, porque a preservação do meio ambiente dependia de todos. Apresentou Afonso, outro rapaz que também seria nosso guia e encontrava-se na mesma situação que ele, ou seja, trabalhava em São Francisco de Paula e ficaria trabalhando temporariamente no parque. Daniel falou ainda que esperava que todos pudessem trocar informações durante o passeio, pois não conhecia totalmente a vegetação dali. Aquela era a segunda vez que fazia a trilha, porém faria o possível para nos trazer o máximo de esclarecimentos possíveis.

Em seguida, dispomo-nos em fila, sendo que Daniel se posicionou a nossa frente e Afonso ficou por último. Já no início da trilha Daniel nos apresentou um “butiazeiro” como uma árvore em extinção. Paramos para observá-lo mais de perto, assim como fizemos com outras espécies que encontramos pelo caminho, entre elas, bromélias e “barbas de pau”. Mais adiante passamos sobre uma grande pedra de granito rosa, que, segundo Daniel, é o motivo do nome “Praia da Pedreira”. Segundo ele, o granito rosa foi muito explorado naquela região nas décadas de 70 e 80, época em que o local era tomado por casas e estradas. Inclusive, durante a trilha encontramos um vestígio de antigas habitações locais: uma velha casa de madeira, já invadida pela mata e ligeiramente torta, onde não nos foi permitido entrar, pois corria o risco de desabamento. A intensa extração de granito dificultava muito a preservação de plantas e animais, principalmente nas regiões mais próximas das águas, que era de onde vinham os exploradores. O monitor salientou que a natureza local estaria atualmente se reconstituindo, se regenerando das degradações sofridas naquela época.

Daniel também falou dos bugios que habitam aquela região e das aranhas caranguejeiras que, além das cobras, também são em grande número. Encontramos muitas aranhas desta espécie pela trilha, assim que passávamos, elas corriam por entre troncos de árvores e pedras, o que causava certa admiração no grupo, inclusive os jovens que nos acompanhavam as seguiam energicamente e tiravam muitas fotos.

Enquanto seguíamos pela trilha, Daniel nos contou um pouco sobre a sua trajetória de vida. Disse que já foi caçador, motivo pelo qual perdera alguns dedos das mãos. Destacou que teria que guiar infinitas trilhas educativas para compensar os males que já fez à natureza e as inúmeras vidas de animais que tirou. Em um dado momento da sua vida se deu conta que “jogava do lado errado”, fez concurso para ser guarda florestal, vendeu tudo o que tinha em Porto Alegre e mudou-se com sua companheira para uma pequena casa próxima a São Francisco de Paula, onde trabalha atualmente. Fez um relato emocionado e parecia bastante orgulhoso da sua situação atual. Afirmou que agora sim lutava do lado certo, mas havia muito por fazer ainda.

Já Afonso, o outro guia, quase não falou durante a trilha, apenas respondia as perguntas que lhes eram dirigidas com expressões curtas. Soubemos por Daniel que Afonso foi o primeiro guarda florestal com porte de arma no estado. Isto, segundo ele, graças à lei sancionada recentemente pelo atual presidente que autoriza o porte de armas para guardas florestais.

Depois de uma descida um pouco mais íngreme, o guia mais falante reuniu o grupo e pediu para que observássemos bem o que veríamos a seguir, pois era de nossa inteira responsabilidade e fruto dos hábitos humanos. Tratava-se da Praia do Araçá repleta de lixo. Segundo Daniel, o lixo vem das águas do Guaíba e ao entrar na Lagoa dos Patos é empurrado para a costa da praia, que fica entre os dois. Os resíduos não são recolhidos justamente para causar impacto nas pessoas que visitam o local. Diante de uma paisagem literalmente “suja” ouvimos um discurso sobre a responsabilidade que temos que ter com o nosso lixo. Daniel salientou ainda que aquele era o lixo mais leve, era preciso imaginar o que havia no fundo do rio, “aquilo que não bóia”, para nos darmos conta da dimensão do problema. Entre latas de alumínio, plásticos e milhares de outros objetos seguimos pela trilha, que logo adiante já se encontrava limpa.

Enquanto subíamos o morro no sentido contrário, iniciando o retorno à Praia da Pedreira, Daniel salientou que cada animal, cada planta, cada criatura que vive no parque depende dele e de outros guardas para continuarem vivendo. Daí a importância do seu trabalho e da sua “luta” diária. Porém, segundo ele, as pessoas não dão importância para isso, elas “normalmente não pensam em outra coisa senão em ganhar dinheiro”.

O discurso de Daniel no decorrer da trilha é um importante indicador do valor moral impresso no ideário ecológico. Essa qualidade, aqui chamada de “conversão para o lado bom”, o lado ecológico, rompe com as atitudes consideradas incorretas, como a profissão de caçador que Daniel tinha, e passa a ser embasada em valores morais contidos no discurso ecológico.

Essa espécie de religiosidade ecológica, onde o sentimento da natureza como um bem maior passa a nortear as ações dos sujeitos, também é muitas vezes inspirada no repúdio à sociedade capitalista de consumo, a exemplo do nosso guia quando critica as pessoas por não darem importância à preservação ambiental e não pensarem em outra coisa “senão em ganhar dinheiro”. Carvalho (2005) atribui a isso um sentimento romântico de contestação:

“O repúdio romântico à uniformidade da razão, ao seu caráter instrumental, ao individualismo racionalista, pode ser observado em certas inspirações do ideário ecológico que se afirma como via alternativa, contra os ideais de progresso e desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo.” (p. 56)

Esse sentimento de contestação é, portanto, parte integrante do discurso ecológico que confere novos significados à natureza na mesma medida em que acarreta mudanças profundas nos “modos de vida”, a exemplo de Daniel que de caçador passa a ser guarda florestal.

Na volta todos pareciam mais concentrados em seus caminhos e mais quietos, talvez por estarmos subindo e um pouco mais cansados. Assim, pudemos ouvir os pássaros, nos concentrar ainda mais no caminho e nas belezas naturais daquele lugar.

Em menos de duas horas estávamos de volta à Praia da Pedreira.

2.3.3. O Centro de Visitantes

O Centro de Visitantes (CV) é uma das mais importantes estruturas encontradas nos parques ecológicos. Por meio de exposições, painéis e folhetos explicativos, salas de projeção, museus e bibliotecas, os CV's qualificam a experiência de visitação nas unidades de conservação, informando sobre os aspectos biológicos, geológicos, históricos e socioeconômicos da região (Ceballos-Lascuráin, 2001). Além disso, são espaços de apoio às atividades de EA na medida em que traduzem para o visitante todo um aprendizado sobre aquela área natural, permitindo a interiorização do significado das áreas protegidas, bem como a valorização da natureza.

O CV do Parque Estadual de Itapuã possui em sua infra-estrutura básica, além de banheiros e outras salas reservadas à administração, uma sala de projeção, que serve também de auditório, uma sala com uma exposição fotográfica permanente e outra de recepção onde ficam expostas maquetes, folhetos e painéis, trazendo informações sobre as características históricas e biológicas do parque.

Na primeira sala, onde fica a recepção, há um painel sobre a invasão de casas de veraneio na Praia de Fora contendo duas fotos do mesmo local, uma delas na década de 80 e a outra em 2002, conforme já descrito anteriormente e um mural intitulado "Itapuã e a Revolução Farroupilha", onde há um mapa antigo da área do parque e do entorno contendo explicações sobre as operações de guerras realizadas durante a Revolução Farroupilha. A área do parque é destacada neste mapa pelo fato de ser um lugar estratégico para a passagem de navios, sendo que os farrapos⁸ construíram fortes nos morros chamados de Fortaleza e de Itapuã para impedir a passagem dos navios imperiais vindos do Rio de Janeiro. Há também, nesta sala, entre outros folhetos explicativos, um painel que mostra a vista de cima do Parque e uma maquete do Farol de Itapuã, considerado um dos símbolos do parque por sua localização como marco entre o Lago Guaíba e a Laguna dos Patos e por sua importância histórica, tendo sido construído há mais de um século, em 1860.

Na sala ao lado, a exposição fotográfica possui sessenta imagens contendo detalhes belíssimos da natureza local. As imagens foram captadas por 14 fotógrafos e doadas pelo Projeto Contato⁹, coordenado pelos fotógrafos Flávio Dutra, Nede Losina e Lúcia Simon. Há também, entre as fotos, um atrativo bastante peculiar: um túnel iluminado, onde a montagem das imagens de um dos morros do parque tenta reproduzi-lo de forma a dar a impressão que

⁸ A expressão "farrapos" denominava os revoltosos separatistas sul rio-grandenses.

⁹ As imagens foram doadas no ano de 2004 e, naquele ano, o Projeto Contato organizava cursos, oficinas e projetos especiais de fotografia.

se está adentrando aquela paisagem enquanto se caminha por ele. Nesta sala, as paisagens do parque são acionadas de forma a sensibilizar o visitante por meio de uma exposição visual da beleza da fauna e da flora locais, suas peculiaridades, suas cores e sua vida.

Já a sala de projeção e auditório é um espaço reservado para palestras e reuniões, bem como para a realização de atividades de educação ambiental com os visitantes, como brincadeiras e jogos com as crianças e projeção de imagens e filmes. O filme passado para todos os visitantes complementa as informações encontradas no CV sobre o parque e trata da importância da preservação da natureza, mostrando tanto belíssimas paisagens de ambientes naturais quanto paisagens de ambientes degradados pelos humanos. Assim, as imagens do filme, acompanhadas por um convincente discurso ecológico, instigam no espectador tanto uma preocupação ambiental quanto uma valorização da natureza preservada.

Há ainda, uma minibiblioteca em uma das salas, mas ela não foi vista nas visitas feitas ao CV e sim, soubemos da sua existência por meio de André, precursor desse projeto:

“Quando eu cheguei lá encontrei livros por toda a parte no Centro de Visitantes, comecei a reunir eles, todos voltados para a temática do meio ambiente, aí então fiz uma catalogação dos livros, por periódicos, por livros, uma minibiblioteca, consegui auxílio da bibliotecária aqui da FEPAM, pedindo dicas de como catalogar. Se colocou isso dentro de um software de computador e eu peguei uma das monitoras, propus para ela, vamos abrir um canto de leitura no parque, tinha uma salinha, para o pessoal que queira ler um livro venha aqui. Começamos a catalogar os livros e nos demos conta que tinha 110 livros, fui em casa, busquei mais uns livros meus que eu achava que não ia ter mais efeito na prateleira de casa, levei, doe os livros, comecei a escrever para o Clube da Árvore, WWF, Greenpeace e assim por diante pedindo doações. O Clube da Árvore atendeu com excelentes publicações, do Paulo Back, do Bruno Irgan, que nos ajudaram muito na recuperação de áreas porque eles têm a distribuição de espécies ilustrando folha, semente e tudo. Foi essencial para a recuperação de áreas. Elevamos esse acervo a 150 obras, todas na temática ambiental.”

Contudo, o CV do PEI, mesmo sendo um importante recurso na qualificação das experiências dos visitantes no parque, é mais frequentemente visitado por grupos de jovens e crianças trazidos pelas escolas. Os usuários que visitam o parque nos finais de semana, segundo as entrevistas feitas a eles, em sua grande maioria, não conhecem aquele espaço. Entre os motivos observados para tal desconhecimento está o fato de o CV não ser tão próximo à recepção e portaria principal do parque, o que faz com que os visitantes entrem direto nas estradas de acesso às praias. Além disso, na recepção não é feito um convite para

conhecê-lo e muitos usuários acabam ignorando a sua existência. Outro possível motivo é que as pessoas que vão ao parque no final de semana preferem ter momentos de lazer ao ar livre e não abdicam do tempo programado para isso para ficarem em um lugar fechado, como no caso do CV.

Embora nem todos os visitantes tenham a oportunidade de conhecer o CV, as diversas informações encontradas no local por meio de folhetos, painéis, filme e fotografias são fundamentais para a ampliação do conhecimento sobre os aspectos biológicos, históricos e sociais do PEI, além de permitirem a interiorização do significado das áreas protegidas e contribuir significativamente para o enriquecimento das experiências de visita ao parque.

Capítulo 3

O ENGAJAMENTO HUMANO NA PAISAGEM COMO UM IDEAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.1. A Concepção de Paisagem

Pensando na problemática deste estudo que consiste em compreender as experiências de convívio e lazer com as paisagens do PEI torna-se necessário tratar do conceito de paisagem com o qual estou lidando e analisar se o engajamento humano no ambiente inerente a esse conceito é um bom ponto de partida para a aquisição de um *habitus* ecológico. Para tanto, ao observar o modo como acontece o engajamento do visitante naquele meio e como ele se situa naquele ambiente considero que os comportamentos e atitudes esperados pela EA e também ligados ao *habitus* ecológico são instigados nessas experiências.

O conceito de paisagem é ambientado na perspectiva fenomenológica de Ingold (2000) na qual a paisagem integra numa mesma totalidade humanos e não-humanos, produzindo o engajamento perceptivo direto entre todos os elementos constitutivos do ambiente. Ingold considera que as ações humanas são “partes de um mundo transformando a si mesmo” (2000, p.200), colapsando assim a dicotomia natureza-cultura presente nas Ciências Humanas.

Nesta perspectiva, entendo que o *habitus* configurador do *campo ambiental* é adquirido na medida em que os seres humanos passam por uma experiência educativa, onde ao habitarem as paisagens e produzirem um engajamento perceptivo no sentido de Ingold, passam a perceber suas ações como constituintes do ambiente e não ações que se dariam numa suposta esfera humana acima dele. Ocorre, portanto, uma educação para a percepção por meio do engajamento humano na paisagem e não pela observação feita de fora dela. A natureza, nesta perspectiva, não é um objeto de controle externo à existência humana e sim, uma paisagem que se constrói com o movimento de todos os seres que a constituem, sendo os seres humanos também responsáveis pela sua formação e constante transformação.

Esta idéia, que reconfigura a noção de ser e habitar o mundo e questiona as bases da formação da civilização ocidental moderna, apostando na ruptura das dicotomias natureza e cultura, mente e corpo, pode também ser conectada à concepção de corporeidade proposta por Csordas (2008).

No paradigma da corporeidade apresentado por Csordas (2008) a experiência corporal é o ponto de partida para a análise cultural. O corpo não é apenas o objeto de estudo, mas o sujeito da percepção. Numa articulação da dualidade sujeito e objeto este autor esclarece que a pessoa não percebe o próprio corpo, ela é o seu corpo. Assim, a orientação metodológica para a corporeidade sintetiza-se, principalmente, em dois conceitos: o conceito de *pré-objetivo* de Merleau-Ponty e o de *habitus* de Bourdieu.

O conceito de *pré-objetivo* de Merleau-Ponty é ambientado numa fenomenologia da percepção e define os objetos como resultados finais da mesma, representando a sua corporeificação. Merleau-Ponty entende e busca capturar aquele momento de transcendência no qual a percepção começa e onde, em meio à indeterminação, a cultura é constituída. A este momento anterior à corporeificação, no sentido de objetificação da percepção no objeto, é o que ele entende por *pré-objetivo* (Csordas, 2008, p.107).

O conceito de *habitus* de Bourdieu é entendido como um sistema de disposições duráveis que estrutura práticas e representações inculcadas inconsciente e coletivamente, o que ele chama de *corpo socialmente informado* (Csordas, 2008, p.109).

Conectando estas duas concepções Csordas esclarece que:

“para Merleau-Ponty o corpo é um ‘contexto em relação ao mundo’ e a consciência é o corpo se projetando no mundo; para Bourdieu o corpo socialmente informado é o ‘princípio gerador e unificador de todas as práticas’, e a consciência é uma forma de cálculo estratégico fundido com um sistema de potencialidades objetivas.” (Csordas, 2008, p.105)

Na perspectiva de uma antropologia da paisagem, a questão da corporeidade, segundo Carvalho e Steil (2008), pode ser deslocada para o ambiente na medida em que atribuímos ao sentido de paisagem a noção de “corpo do mundo”. A paisagem é entendida como a “corporeidade da natureza”, onde a relação dos sujeitos com o mundo é constitutiva do seu ambiente de vida. Segundo os autores, essa aceção de paisagem permite:

“ênfasis na dinâmica dos processos temporais que dão forma ao ambiente ao mesmo tempo em que constituem e modificam os lugares

e os modos de habitar, permitindo distanciar-se de uma visão objetificadora que tende a atribuir um sentido de externalidade ao sujeito humano em relação ao mundo.” (p. 297)

Este modo de estar no mundo, no qual o corpo humano sensiente é uma extensão do “corpo do mundo” traz o sentimento de pertencimento e entrelaçamento entre sujeito e natureza que pode contribuir para as mudanças nos modos de vida com as quais opera a retórica ecológica. Daí a relação entre o conceito de paisagem, no sentido de totalidade (sujeito e natureza) e o de educação ambiental, no sentido de mudanças perceptivas dos sujeitos por meio da idéia de pertencimento à natureza.

Neste sentido, os enfoques teóricos aqui brevemente explanados dão suporte à observação das experiências ocorridas no PEI ajudando a apreender estas experiências desde uma concepção de paisagem que integra seres humanos e natureza, atribuindo-lhes uma influência mútua e reflexiva num ambiente em constante movimento.

3.2. O Engajamento Humano nas Paisagens do Parque

Na observação das paisagens do PEI a partir da concepção de paisagem inspirada na *antropologia ecológica* de Ingold, como ele mesmo denomina, e no paradigma da corporeidade de Csordas, as experiências de visitação ganham um novo sentido, são redefinidas. O visitante passa de um mero espectador da fauna e a da flora locais para tornar-se parte integrante daquela natureza, sendo, junto aos outros elementos constitutivos, responsável pelas dinâmicas que estruturam e transformam o parque.

De tal forma, para compreender melhor as experiências dos usuários e seu engajamento perceptivo nas paisagens do PEI é preciso, primeiramente, conhecer um pouco sobre o perfil dos visitantes que nelas circulam.

Para fins de análise, destaco então dois diferentes perfis, separados aqui em dois grupos que, embora não necessariamente englobem todos os usuários do parque, compõem a sua maioria: o grupo formado por crianças e adolescentes levados pelas escolas e o grupo dos visitantes de finais de semana.

O primeiro grupo são estudantes que chegam ao parque trazidos pelas escolas, seguem um roteiro de visita, normalmente orientados pelos seus professores e pelos educadores ambientais da unidade, onde participam das atividades de EA no Centro de Visitantes, fazem as trilhas interpretativas e visitam as praias.

O segundo grupo são pessoas que vão ao parque nos finais de semana, principalmente durante a primavera e o verão. Reúnem a família ou os amigos para passar o dia em contato com a natureza, usufruindo dos meios de lazer proporcionados pelo parque, como tomar sol nas areias das praias, banhar-se nas águas calmas do Lago Guaíba ou da Laguna dos Patos, fazer churrascos nas churrasqueiras espalhadas entre as árvores, fazer caminhadas livres observando de perto as peculiaridades da vegetação e os animais que nela circulam, dentre eles, pássaros, aranhas, borboletas, bugios, lagartos e capivaras ou simplesmente descansar nas generosas sombras das figueiras. Além disso, muitas pessoas desse grupo também participam das trilhas interpretativas.

Para dar conta da proposta deste estudo focalizei o segundo grupo, pois nele é possível observar como a EA acontece nas experiências de contato com a natureza ligadas às atividades de lazer e como tais experiências podem instigar novas sensibilidades e percepções no visitante em relação à natureza preservada do PEI.

Sendo assim, no relato de alguns visitantes desse segundo grupo tais sensibilidades podem ser identificadas, a exemplo da narração a seguir, onde é possível perceber uma preocupação com a preservação ambiental originada pela experiência de estar em um lugar onde a natureza é preservada e sentir-se bem nele:

“Acho que o parque é uma maravilha, me chamou a atenção a preservação da mata nativa, a vegetação, a limpeza dessa área beiramar aqui. É um lugar bem apropriado para as crianças se divertirem, brincarem. É bom vim curtir esse ar puro desse lugar preservado e como é a primeira vez que eu venho aqui pretendo vir mais vezes. Quem dera se outras praias do estado fossem tão limpas como essa aqui, né?! É importante a conservação das praias e da biodiversidade para as gerações futuras também poderem desfrutar disso aqui que nós estamos desfrutando hoje.”(Daniel)

Como Daniel, muitos outros visitantes sentem-se bem em estar no parque, em contato com a beleza e tranquilidade do lugar, reconhecendo a importância da conscientização ecológica:

“A gente nem imaginava que era tão belo, surpreendeu bastante, pois a gente só ouvia falar. Ter contato com a natureza num ambiente que você pode trazer a família. Os jovens estão tão acostumados com estes lugares assim com som alto, barulheira, tudo sujo e aqui eles vem o quanto é importante preservar. Notam a diferença deste lugar com o outro que eles estão acostumados a viver. Isto ajuda um monte a conscientizar as pessoas, principalmente os jovens e crianças, que percebem a diferença de um lugar cuidado e preservado. (...) Então aqui a pessoa fica tranqüila. A gente adorou este lugar.” (Nádia)

Essa forma de contato com a natureza vivenciada nas experiências de lazer faz com que os visitantes criem um vínculo afetivo com aquele lugar, valorizem a natureza e conseqüentemente integrem-se ao grupo dos que prezam a preservação ambiental. Porém, torna-se imprescindível destacar que quando o visitante, além de experienciar atividades de lazer e de convívio com a natureza, recebe orientações de como circular naquele ambiente, além de informações sobre os aspectos biológicos, políticos, históricos e sociais que formam o local, novas percepções são estimuladas e a EA acontece de forma mais intensa.

Nessa linha de pensamento, para que a experiência de visita seja enriquecida e estimule hábitos e comportamentos ambientalmente desejados que se estendam para o cotidiano das pessoas, é importante o trabalho educativo enquanto o visitante está no parque. Daí a importância de haver educadores ambientais que recebam e orientem os visitantes, que forneçam informações biológicas e sociais daquele ambiente, que incentivem a visita ao Centro de Visitantes e a participação nas trilhas interpretativas e que instrua sobre o que é uma unidade de conservação e sobre a importância destes espaços numa escala mundial.

A experiência de lazer nos parques, bem como a formação de sensibilidades advindas de novas formas de engajamento, tem, portanto, notável valor para a EA, mas essa experiência é ainda mais valorizada, no que concerne à formação de um *habitus* ecológico, quando ela é controlada e devidamente orientada.

Alguns visitantes concordam que para a conscientização ambiental realmente acontecer é necessário haver ações educativas dentro do parque que, além de controlarem as atividades humanas impondo determinadas regras, ampliem o conhecimento dos usuários sobre aquela realidade. Assim, quando questionados se o convívio com a natureza e o lazer nos parques pode ser um recurso de EA, eles responderam:

“Eu acho que a educação ambiental funciona sim aqui, mas com um guia dando explicação e combinada com uma trilha, até a gente pode

ver numa das trilhas o lixo acumulado, como alerta, e muito mais, o guia nos mostrou as árvores ameaçadas de extinção e muitas outras coisas importantes. Então é válido ver a coisa e uma pessoa idônea te mostrando o local, aí sim é válido como educação ambiental. Talvez a pessoa só vindo aqui, para tomar banho, para entretenimento, não funcione.” (Márcia)

“Uma coisa fundamental na educação ambiental é que tenha rigorismo. Rigorismo no trato da conscientização das pessoas, ainda mais aqui no parque. Tem que ser duro. (...) Se a pessoa chega num parque e joga um dejetivo qualquer fora e vem alguém e fiscaliza e dá uma advertência, a pessoa vai começar a se dar conta. Não adianta só ter o parque e não ter a conscientização, alguém que oriente, porque infelizmente nós temos um povo mal educado. A realidade é essa, infelizmente, nós somos um povo extremamente mal educado em questões ambientais. Então eu acho que o parque é um bom lugar para se fazer um trabalho de conscientização.”(Luis Alberto)

“Antigamente isso aqui era uma zona, era terra de ninguém, o pessoal chegava, botava barraca e o carro de qualquer jeito. Hoje em dia, por exemplo, tu sabe que não pode andar numa velocidade alta, pelo menos tu é condicionado por certas regras. Algumas regras, tipo a história de não colocar som, ensinam as pessoas a viver interagindo com o ambiente. A gente é amante da natureza e já está ambientado com isso, mas infelizmente algumas pessoas não e chegam a ficar irritadas, ‘ah por que tem essa frescura toda?’, como aconteceu uma vez, um senhor ficava berrando que não podia colocar som, que tudo ia prejudicar a natureza e blá blá blá. Mas acho que pela influência do meio, pelo contato com a natureza, meio por osmose a pessoa vai entendendo. O pessoal chegava aqui e fazia o que queria e um seguia o outro e virava terra de ninguém. Agora se na imitação o pessoal começa a olhar e ver que não pode fazer isso ou aquilo, aos poucos vão mudando. A gente faz a nossa parte e sabe que quanto mais pessoas vierem para cá, mais vai ser difundida a história da conscientização ambiental.”(David)

Ainda numa perspectiva educativa, o fato de o visitante estar no parque, presenciando atitudes ecologicamente corretas, como não deixar lixo nas areias das praias, não colocar som, respeitar os animais e as plantas e ser orientado para agir da mesma forma, torna-se um modo de educação onde os sujeitos adquirem habilidades para interagir com aquele ambiente enquanto vivem a experiência de visitação.

Pessoas que trabalham ou trabalharam no parque como educadores ambientais também concordam com isso, a exemplo de Lauro, que desvaloriza a experiência de convívio com a natureza, enquanto um recurso de EA, quando não contextualizada historicamente:

“O próprio fato de o cidadão estar aqui dentro e conviver com a figueira, conviver com o rio, com a seringueira, com a flora e fauna daqui, numa rela o interativa do cidadão com o ambiente por si são não vai elucid -lo a ter uma visão ecológica, te confesso que são isso

não basta, porque os guias aqui são treinados para isso, para contar a história do lugar, que é uma história de sacrifício.”

A EA cria, portanto, a possibilidade de compreensão no visitante de que aquele local não foi sempre assim, possui uma história e está em constante movimento. O que é visto hoje no parque, incluindo toda a riqueza de sua biodiversidade e a estrutura que possibilita a visitação, é fruto de uma série de transformações advindas da interação humana com aquela natureza.

Além disso, embora o PEI seja uma unidade de conservação que como tantas outras tem em suas raízes históricas a retirada dos seres humanos para que a biodiversidade local pudesse ser preservada, isto não significa que a ação humana tenha sido totalmente excluída do local. Na verdade, à parte as incongruências advindas deste fato, o que ocorreu a grosso modo foi a interrupção de ações depredatórias e a inserção de ações ambientalmente mais conscientes. O PEI só foi possível pela ação de sujeitos que lutaram para que ele fosse instituído, como vimos em sua história, e existe até hoje porque há ações humanas que controlam, organizam o local e ainda possibilitam outras ações como atividades de pesquisa, de lazer e educação ambiental.

Para finalizar, vimos que as experiências humanas nas paisagens do PEI, se devidamente orientadas, tornam-se um importante recurso de educação ambiental porque delas podem brotar sensibilidades que possibilitam o sentimento de pertencimento e o engajamento humano, numa interação reflexiva com o ambiente, onde o “cultivo de si” é inerente ao “cultivo da natureza”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado na introdução, busquei demonstrar ao longo desta monografia os modos de engajamento humano nas paisagens do PEI e como as experiências geradas na interação das pessoas com a natureza, por meio das atividades educativas e de lazer proporcionadas pelo parque, podem se tornar significativas na educação ambiental.

Desta forma, por meio da análise do material empírico e bibliográfico aqui apresentado foi possível tecer algumas considerações, idéias emergentes desta experiência empírica que poderão ser melhor desenvolvidas em trabalhos futuros, já que delas abre-se um leque de novos questionamentos e proposições .

A primeira delas é a de que o PEI, conforme observamos no primeiro capítulo, desde a sua instituição é caracterizado por momentos de conflitos e disputas. A agência humana nas áreas do parque, seja dos moradores locais, incluindo os indígenas, dos políticos, do governo estadual, das pessoas que lá trabalharam, dos ambientalistas, entre outros, é parte de uma dinâmica transformadora das paisagens fortemente caracterizada pela disputa de interesses, que vão desde os ecológicos até os econômicos.

Outra consideração possível é a de que a experiência de lazer e convívio com a natureza no PEI (e talvez também em outras unidades de conservação) pode instigar sensibilidades nos visitantes que contribuem para a reprodução do *habitus* ecológico, na medida em que, seja pela sensação de bem-estar sentida durante a visita ou pela admiração causada pelas belezas da natureza local, são gerados sentimentos de responsabilidade e respeito ao meio ambiente. Porém, as atividades específicas para a educação ambiental feitas no parque, como as trilhas interpretativas, a exposição fotográfica, o filme e as informações obtidas no Centro de Visitantes reforçam e qualificam a experiência de visita, porque reproduzem um olhar mais atento às paisagens do PEI, identificam peculiaridades muitas vezes não percebidas pelos visitantes, contextualizam historicamente a unidade de conservação e ainda incentivam ações cotidianas com consciência ecológica, em favor da diminuição da poluição, conservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, bem como cuidados nos níveis de consumo da água e na separação do lixo.

Outra idéia que vale ressaltar é a significativa mudança na vida do guia Daniel, que nos conduziu na Trilha do Araçá: era caçador e quando se deu conta que “jogava do lado

errado” se “converteu” a defensor e guardião do meio ambiente. Essa “conversão” para o caminho “ecológico”, observada na história do guia, remete a um potencial religioso do *habitus* ecológico, uma mudança para o “caminho do bem”, a exemplo do que ocorre frequentemente nas religiões convencionais. Há, a meu ver, uma dimensão espiritual envolvendo os aspectos motivacionais dos hábitos, valores e modos de vida ecologicamente orientados, que não necessariamente se reconhece ou é reconhecido como religioso, mas que intui uma “sacralização da natureza” e habita a esfera transcendental dos seres de modo a orientar as suas ações e estimular “conversões” como a de Daniel.

Ainda, para finalizar, considero que a idéia de engajamento humano ressignifica a análise das experiências dos visitantes do parque, porque não os coloca no papel de meros espectadores de uma natureza que é bela e saudável porque foi preservada da ação humana, mas os situa como seres constituintes daquelas paisagens, onde as suas ações são partes de uma totalidade na qual todos os seus elementos constitutivos se influenciam mutuamente por meio de experiências reflexivas. A preservação da biodiversidade do parque, portanto, não exclui a ação humana, mas sim depende dela, desde que seja uma ação ecologicamente responsável, ou melhor, um engajamento responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Agripa F.; MAZZOLA, André. J. **“Referenciais Epistemológicos Preliminares da Ecologia Política”**. Cadernos de Ecologia Política do Instituto de Ecologia Política. Florianópolis, n.01, p.1-14, 2003.

AVANZI, Maria Rita. **“Ecopedagogia”**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004:35.

BOURDIEU, Pierre. **“Razões Práticas. Sobre a teoria da ação.”** São Paulo: Papirus, 1996.

CAPRA, Fritjof. **“O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.”** São Paulo: Cultrix, 1986.

CARVALHO, Isabel C. M. **“Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação”**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *“Identidades da educação ambiental brasileira.”* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____**“A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.”** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____**“A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais.”** In: CARVALHO, Isabel C. de M. e SATO, Michele. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; STEIL, Carlos Alberto. **“A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade.”** *Ambiente e Sociedade* [online]. 2008, vol.11, n.2, p. 289-305.

CASCINO, Fábio. **“Ecolazer e Educação Ambiental: uma inegável relação”**. In: NOAL, Fernando O., REIGOTA Marcos e BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Org. *Tendências da Educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

CEBALLOS-LASCURIÁN, H. **“O ecoturismo como um fenômeno mundial.”** In: LINDENBERG, K. & HAWKINS, D.E. (ed.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 3ª edição. São Paulo: Senac, 2001.

CSORDAS, Thomas. **“Corpo/Significado/Cura”**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

INGOLD, Tim. **“The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill.”** London/New York: Routledge, 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **“(Re)Conhecendo a educação ambiental brasileira”**. Apresentação. In: *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOBO, Andréa de Souza. **“Unidades de conservação e educação ambiental: a natureza enquanto espaço de formação de subjetividades”**. In: TEIXEIRA, Carla C. Introdução. *Em busca da experiência mundana e seus significados. Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.

MAFRA, Clara. **“Apresentação a um artigo de Tim Ingold”**. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol.25, n.01, p. 72-110, Julho, 2005.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **“Atores Sociais e Meio Ambiente”**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *“Identidades da educação ambiental brasileira.”* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____ **“A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental.”** In: CARVALHO, Isabel C. de M. e SATO, Michele. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SACHS, Ignacy. **“Desenvolvimento em harmonia com a natureza - padrões de consumo, usos do tempo e do espaço, perfis de recursos e opções tecnológicas.”** In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*/Ignacy Sachs. São Paulo: Cortez, 2007.

SAUVÉ, Lucie. **“Uma cartografia das correntes em educação ambiental.”** In: CARVALHO, Isabel C. de M. e SATO, Michele. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

STEIL, Carlos Alberto. **“Religião e natureza no horizonte de uma antropologia da paisagem”**. In: XXVI Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. *Anais da XXVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília : ABA, 2008.

Referências eletrônicas:

www.mma.gov.br

www.sema.rs.gov.br